



Anais da Assembléia

Nº 106

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 29 DE AGOSTO DE 1991

ANO XVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA.
ATA DA 81ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 1991

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silveiro, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo e Rossoni (41). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cleiton Kielse, Duílio Genari, Ernani Pudell, José Alves, José Afonso Júnior, Nilton César, Paulo Maia, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (10). Achando-se em licença os Senhores Deputados: Algaci Túlio, Cezar Silvestri e Dirceu Manfrinato (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o nº 399/91, do Senhor Desembargador LUIS RENATO PEDROSO - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que cria o quadro próprio dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná e dá outras providências.

Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 1046/91/GS, do Senhor NIZAN PEREIRA ALMEIDA - Secretário de Estado da Saúde, que esclarece PEDIDO DE INFORMAÇÕES, contidas em Requerimento do Senhor Deputado JOSÉ ARTUR RITTI, sobre repasse de medicamentos da Secretaria de Saúde, através da CEMEPAR às Secretarias Municipais de Saúde.

Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

OFÍCIO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem comunicar a Vossa Excelência sua ausência na Sessão Plenária da presente data por motivos de saúde.

Sala das Sessões, em 29.08.91.

(a) CLEITON KIELSE

OFÍCIO Nº 125/91

Senhor Presidente.

Vimos por intermédio deste, justificar nossa ausência na sessão ordinária de hoje, dia 29 de agosto de 1991, em função de estarmos acompanhando a Comissão Especial, incumbida de visitar a ocupação da Fazenda Santana no município de Campo Bonito.

Sendo o que tínhamos para o momento, despedimo-nos.

Sala das Sessões, em 29.08.91.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder do PSDB, indico o Senhor Deputado ALCEU SWAROWSKI, para compor a Comissão de Inquérito que apurará possíveis irregularidades na Secretaria de Estado da Saúde.

Sala das Sessões, em 29.08.91.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

Líder do PSDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2155

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no

curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.08.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2160-A

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUEREM, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão da Assembléia Legislativa, hoje, de um voto de pesar pelo falecimento da Senhora LAURA EVANGELINA BASTOS DO VALLE, ocorrido na data de 19 do corrente na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

Requerem, outrossim, da decisão desta Casa, se dê conhecimento ao Deputado Federal Alvaro Valle e seus familiares.

Sala das Sessões, em 29.08.91.

(a) DALTON MACHUCA

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

D. Laura Valle, progenitora do Diplomata e Parlamentar Federal Alvaro Valle, faleceu neste último dia 19 na cidade do Rio de Janeiro, com a avançada idade de 95 anos consternando seus inúmeros amigos e admiradores.

Educadora, prestou serviços inestimáveis ao ensino público por um lapso de tempo de 42 anos, e como mãe, no dizer dos que com ela conviveram, "entregou-se, com sacrifícios à educação dos filhos, passando desde então a ter a admiração e o respeito de todos que a conheciam, por seus esforços, por sua retidão moral, pelos valores e pela bondade que transmitia à sua volta".

A Bancada do Partido Liberal na Assembléia Legislativa do Paraná quer oficialmente associar seu pesar a de todos os demais amigos e companheiros do Deputado Alvaro Valle e dar-lhe conhecimento desse fato.

REQUERIMENTO N° 2150

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Osni Ribas Alves, digníssimo Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA / Regional Paraná, no sentido de que sejam liberados recursos financeiros e/ou materiais, para a construção de uma creche no Distrito de Lovat em Umuarama.

Sala das Sessões, em 29.08.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Umuarama, nesta administração, vem se preocupando com a realidade social existente a nível de sede e de seus distritos administrativos.

Através de sua Secretaria de Bem-Estar Social, a Prefeitura se coloca neste processo, como instrumentalizadora das iniciativas da comunidade e, em particular, no que se refere a creches, não só por entender que o menor necessita de um local para ser atendido em suas necessidades básicas e que creche é um direito da mulher trabalhadora. Porém, compreende também que o acesso ao trabalho é a questão principal, em toda a ação que busque a promoção social.

Nada mais justo, portanto, que num município onde se vem buscando a industrialização, o mesmo coloque à disposição da comunidade trabalhadora uma rede de serviços básicos, como é considerada a creche.

O município conta hoje com 15 creches distribuídas: 8 na sede e 7 nos distritos. Junto a estas, desenvolve um trabalho de assessoria técnica e financeira, ou seja, subvenciona-as financeiramente e ao mesmo tempo tenta assegurar a qualidade do trabalho junto a seus funcionários e diretoria. No entanto, apesar desta, existem áreas descobertas ainda por esse tipo de serviço e nas quais a comunidade organizada reivindica. Portanto, Umuarama necessita hoje, de mais creches para atender à demanda atual.

Os objetivos, dentre outros são:

1. ampliar o quadro de creches existentes no município, gerando mais vagas para o atendimento do menor;
2. dotar áreas desprovidas e, cuja necessidade é emergente, com o serviço de creche;
3. qualificar o atendimento ao menor, nestas instituições;
4. possibilitar à mãe, o trabalho remunerado e conseqüente aumento na renda familiar;
5. atender as reivindicações da comunidade.

REQUERIMENTO N° 2151

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial à Superintendência da Legião Brasileira de Assistência - Regional Paraná, dirigido pelo Doutor Osni Ribas Alves, no sentido de que seja determinado a alocação de recursos financeiros, através de convênios com a Prefeitura, com o objetivo de se construir uma creche no Município de MARILUZ.

Do aprovado, Requer ainda, a comunicação ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 29.08.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O município, nesta administração, vem se preocupando com a realidade social existente em toda a sua extensão territorial.

A ação do governo municipal tem sido intensa para debelar os focos da miséria e da marginalidade, itens recentes no vocabulário dos moradores antigos da cidade, mas que, infelizmente, cada dia se instala e aumenta suas dimensões assustadoramente.

Um dos programas encetados pela Prefeitura é a do atendimento à criança, através de escolas e creches. Nessa proposta de se oferecer um número cada vez maior de creches, atende a melhoria da qualidade de vida do menor e a oportunidade de melhorar os rendimentos familiares, com a possibilidade do trabalho fora para a mulher, componente importante nessa relação. O pedido é deveras importante e requer atendimento urgente, por parte do poder público.

REQUERIMENTO N° 2152

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial, ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan de Almeida, digníssimo Secretário de Estado da Saúde Pública, no sentido de que seja destinado um veículo ambulância para o Município de IPORÁ - DISTRITO DE CAFEZAL.

Do aprovado, Requer ainda, comunicação ao Excelentíssimo Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 29.08.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Conforme constantes e justificadas reclamações das lideranças locais, ressen-te-se o município de melhores condições financeiras para atender à grande demanda de pedidos na área da saúde, quer no tocante de remédios, atendimento ambulatorial, e principalmente, no transporte de doentes dos distritos, das vilas para a sede do município, para os Postos de Saúde e até para os outros centros mais evoluídos clinicamente. A ambulância é reivindicação permanente em todas as reuniões com as comunidades.

REQUERIMENTO N° 2154

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente, com cópia desta proposição ao Secretário Nacional dos Transportes e ao Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, solicitando a construção de uma passarela na

ponte sobre o Arroio Toledo, localizada na BR-467, no trecho Cascavel - Toledo.

Seja dado conhecimento desta proposição ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando-lhe que gestione junto aos órgãos federais competentes em favor da melhoria solicitada.

Sala das Sessões, em 29.08.91

(a) ALBINO CORAZZA

JUSTIFICATIVA:

Encontra-se em fase licitatória o processo para execução de reparos no trecho da BR-467, no trecho mencionado, ocasião oportuna para que se inclua a melhoria solicitada.

A construção da referida passarela é medida preventiva contra possível aumento do número de acidentes no referido local, onde diversas ocorrências já foram registradas.

Trata-se de um local próximo à área urbana onde se concentram cerca de dez mil habitantes, dos quais, grande parte utiliza o trajeto para seu deslocamento, a pé ou de bicicleta, em direção ao local de trabalho, à escola ou a bairros vizinhos.

Para proteger vidas humanas, sujeitas à violência do trânsito de nossas estradas, esperamos parecer favorável ao proposto.

REQUERIMENTO N° 2156

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, professor Elias Abrahão, encaminhando correspondência do Vereador Alceu Scheneider Fausto, de Quedas do Iguaçu, bem como ofício n° 01/91, assinado por 356 estudantes do referido município, solicitando a implantação de ensino supletivo na localidade.

Outrossim, esclarece que os alunos de Quedas do Iguaçu desejam a implantação de um Núcleo de Ensino Supletivo uma vez que, a partir do mês de setembro vindouro, o Núcleo de Laranjeiras do Sul não mais atenderá aquele município. E, como o número de alunos é elevado, sendo o ensino necessário, nada mais justo que atender a presente proposta.

Sala das Sessões, em 29.08.91.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 2157

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de expediente a todos os Núcleos Regionais de Educação do Estado do

Paraná, para que dêem ciência do contido no pronunciamento deste Deputado na presente data à Direção e Corpo Docente das Escolas a eles subordinadas, como forma de rememorar o infausto acontecimento, não apenas para que tal procedimento por parte do Poder Público nunca mais ocorra, mas também para que a lembrança possa servir como uma bandeira para que cada Professor lute pelo reavivar da dignidade do Mestre e cada Homem Público que foi omissos, possa assumir o compromisso de lutar pela reconstrução do Ensino Público Estadual do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.08.91.

(a) MÁRIO BEZERRA

JUSTIFICATIVA:

Preito de reconhecimento a uma classe e registro de um fato

"Se você construir castelos no ar, seu trabalho não estará perdido; é aí que eles devem ficar. Agora, coloque os alicerces debaixo deles".

Thoreau.

Há três anos, neste Centro Cívico, a 30 de agosto de 1988, uma classe foi violentada: a do Magistério Público estadual do Paraná.

Tropa de mais de mil homens, armados até os dentes, sob o comando imediato do Coronel EUGÊNIO SEMMER, e agindo sob as ordens do então Secretário de Segurança, Doutor ANTONIO LOPES DE NORONHA, e do então Comandante da Polícia Militar, Coronel Wentuil Borges, sendo Governador do Estado o Professor ÁLVARO FERNANDES DIAS, reprimiu com violência inaudita, recorrendo até as tropas a cavalo e bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, o ato público reivindicatório por melhores vencimentos e melhores condições de trabalho, congregando cerca de três mil pessoas, entre mestres, alunos e pais de alunos, lideranças sindicais e ainda Parlamentares estaduais e municipais.

Na ocasião, o episódio que resultou em mais de meia centena de feridos, sendo que duas professoras, NELZY FRITZEN e ZÉLIA SLOMP, com ferimentos graves e até hoje impossibilitadas de desenvolver normalmente sua profissão, registrou repercussão nacional.

Hoje, talvez por consequência de estar à testa da Associação dos Professores do Estado do Paraná, SINDICATO, pessoa com ligações viscerais com o antigo e atual governantes, procura-se relegar o episódio ao esquecimento, apenas com rememorações locais, nos núcleos de ensino.

Por esse motivo, nosso brado de rememoração: como homenagem a uma classe que até hoje não tem visto atendidas suas justas reivindicações salariais e de melhores condições de trabalho. Como alerta aos Governantes e como registro; posto que, como

decorrência de iniciativa isolada, forçou-se o Comando da PMPR a instaurar e levar a termo o inquérito Policial Militar a respeito dos fatos, do que resultou denúncia criminal, e os autos do Processo nº 11/90, pelo qual, três oficiais e um sargento são apontados como os únicos responsáveis pela página vergonhosamente escrita neste Centro Cívico, em plena Praça Nossa Senhora da Salete, no dia 30 de agosto de 1988.

Amanhã, quando transcorre o 3º ano do fato, está sendo realizada, na Auditoria Militar Estadual, o encerramento da instrução criminal, com a oitiva das derradeiras testemunhas de acusação. Por questão de justiça, os incriminados não poderão ficar impunes! Se bem que os principais responsáveis, apontados no Relatório da Comissão de Inquérito Administrativo, o ex-Secretário de Segurança e o ex-Comandante Geral da Polícia Militar aí estejam, hoje, tranqüilamente, o primeiro premiado com uma vaga como Juiz do Tribunal de Alçada, e o segundo como Chefe da Casa Militar do Governo Requião.

Por derradeiro, homenagem aos mestres lutadores que, tendo estado junto aos seus no holocausto da dignidade humana do Professor, naquela tarde fatídica, hoje já tiveram seu espírito alçado à Luz Eterna; entre outros muitos e cujos nomes não nos chegam às mãos, PROFESSOR ALCIDES LIMA DA SILVA, ex-Conselheiro da APP, de Curitiba; Professor VALTER BITENCOURT, ex-Diretor da Escola Polivalente de Curitiba; Professora RINA MARIA FRANCOVIG, de Londrina, ex-Diretora da escola estadual e Conselheira eleita da atual gestão da APP-Sindicato.

Não existe grandeza de qualquer espécie em Governo que, por política sistêmica, desvaloriza e vilipendia seus Mestres - arquitetos do amanhã!

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 380/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o MELVI - Movimento Evangélico para Libertação de Vidas, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.91.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

O MELVI foi fundado em 16 de maio de 1989 e tem como finalidade básica a recuperação de vidas humanas, perdidas pelo vício em drogas em geral, álcool, etc.

Está legalmente constituído conforme Estatutos registrados e inscrição no CGC

do MF. A Diretoria está devidamente eleita, empossada e desenvolve gratuitamente suas atividades.

Já foi declarado de utilidade pública municipal no mês de março de 1990 (Lei 4.409/90), estando inscrito na Secretaria do Trabalho e Ação Social.

Desde sua fundação, ininterruptamente o movimento vem desenvolvendo suas atividades, estando em pleno funcionamento, conforme relatório e declaração anexos.

Trata-se de uma entidade dedicada à solução de um problema extremamente grave dentro da sociedade. A recuperação de drogados é tarefa difícil, mas possível. Somente uma dedicação vocacional e missionária, fundada em terapia de grupo baseada na ocupação laboral e instituição religiosa consegue resultados liberadores, liberando pessoas e famílias dos terrores do vício.

Como todas as entidades do gênero, esta sobrevive da dedicação de seus mantenedores, auxiliados por setores da comunidade. O reconhecimento da utilidade pública estadual poderá vir a abrir novas portas para facilitar e dinamizar o funcionamento.

PROJETO DE LEI N° 381/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - A criação, organização e supressão de distritos é competência dos municípios, observada esta lei complementar.

Art. 2° - Os distritos são subdivisões administrativas dos municípios.

Art. 3° - A criação, organização e supressão de distritos, a alteração do nome, bem como a mudança da sede do Distrito, far-se-á por lei municipal, garantida a participação popular e respeitando delimitação da área, com a descrição das respectivas divisas, definidas segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais, de acordo com o cadastro próprio da prefeitura municipal.

Art. 4° - Na denominação dos distritos é vedada a repetição de nomes de cidades ou vilas brasileiras, bem como a designação de datas, nome de pessoas vivas e expressões compostas por mais de três palavras, excluídas as particulares gramaticais.

Art. 5° - Os requisitos para criação de distrito, tais como: número de habitantes, número de eleitores residentes no distrito ou número de casas existentes na sua respectiva sede, obedecerão critérios próprios de acordo com a realidade de cada município sem confrontar a Lei Orgânica Municipal.

Art. 6° - Nos distritos onde forem

instaladas sub-prefeituras, poderá haver Administrador Distrital nomeado em comissão e com remuneração e atribuições fixadas em lei.

Art. 7° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.91.

Deputados do

Bloco Parlamentar Municipalista

(a) ALBINO CORAZZA

(a) JOAO DE ARRUDA

(a) HEINZ HERWIG

(a) ADEMAR TRAIANO

(a) MÁRIO BEZERRA

(a) ARLINDO TROIAN

(a) EMÍLIA BELINATI

(a) COLOMBINO GRASSANO

(a) ROSSONI

(a) EURIDES MOURA

(a) DOMINGOS CARVALHO

(a) NELSON GARCIA

(a) DOBRANDINO DA SILVA

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Pelo presente projeto de lei, pretendem os Senhores Deputados, integrantes do Bloco Parlamentar Municipalista, regulamentar o Artigo 17, Inciso IV, da Constituição Estadual, que afirma ser de competência dos municípios, a criação, organização e supressão de distritos, observada a lei estadual.

O propósito do Bloco Parlamentar Municipalista, na elaboração do presente texto legal, foi de não ferir a autonomia municipal, respeitando disposições das Leis Orgânicas já aprovadas.

Com o propósito de não prejudicar Leis Municipais já aprovadas, causando problemas ao ordenamento jurídico, foram repetidas muitas das disposições previstas na Lei Complementar n° 27, que tratava do assunto antes da elaboração das Leis Orgânicas dos Municípios e ficou disposto, de maneira genérica e uniforme, sobre os requisitos e competências para as referidas criações de distritos, respeitando-se a realidade própria de cada município.

Os Deputados integrantes do Bloco Parlamentar Municipalista apelam aos demais Pares, apoio ao presente Projeto de Lei Complementar por ser do interesse do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI N° 382/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - O período letivo anual, nas escolas de 1° e 2° Graus, públicas e particulares, no Estado do Paraná será regulamentado pelo Poder Executivo Estadual, considerando o direito familiar de que os meses de janeiro e julho, obrigatoriamente

te, sejam reservados às férias.

Parágrafo Único - Não constituirá motivo social relevante a paralisação das atividades de professores e funcionários e greve de serviços públicos essenciais.

Art. 2º - O Conselho Estadual de Educação, ao qual o Poder Executivo encaminhará alternativas de funcionamento de escolas especiais, cursos intensivos, escolas noturnas e cursos propedêuticos, dará parecer com divulgação pública ampla sobre o assunto, ouvidos os pais e responsáveis.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O período de férias escolares tem sido oportunidade de atividades e lazer conjuntas da família.

Essa oportunidade de convivência em férias, como viagens, excursões, veraneio ou simplesmente de programações comuns dos membros de uma família, não pode ser burocrática e autoritariamente ignorada ou suprimida, apesar da intenção de preservar o roteiro educacional e um calendário de aulas.

Chega a se constituir abuso das autoridades educacionais e uma manipulação social feita por servidores públicos, impor mudanças no calendário tradicional das escolas - e das famílias, que a ele se ajustam - voltados contra a cidadania.

O objetivo do projeto é corrigir essas distorções ao regime democrático, que fazem do cidadão o que menos pode e menos tem direitos.

PROJETO DE LEI Nº 383/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Dom Bosco, com sede e foro na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Dom Bosco, que ora se objetiva declarar de Utilidade Pública, constitui uma sociedade civil, sem fins lucrativos, devidamente constituída de acordo com seu Estatuto regularmente registrado em Cartório (doc. em anexo).

A finalidade da entidade é prestar atendimento a meninos e meninas de rua de Londrina.

As linhas norteadoras que fundamentam o trabalho desenvolvido, são as mesmas da

Pastoral do Menor que busca dar uma resposta significativa à realidade do menor empobrecido.

As principais atividades do Instituto Dom Bosco são:

- trabalho junto a família desses menores de rua, buscando juntamente com ela, encontrar soluções para o enfrentamento dos problemas que vivem;

- trabalho de reflexão com os menores orientando-os sobre valores, relacionamento interpessoal, direitos e deveres procurando com isso fazer com que eles descubram seus valores e seu espaço na sociedade;

- formação de educadores, preparar voluntários que se interessam pelo trabalho junto aos menores de rua, dando a esses, noções no trato com os menores e maior compreensão de sua história de vida;

- trabalho junto a organismos da sociedade e programas assistenciais tais como, Polícia Militar, Delegacias, Juizados de Menores e Instituições de ensino;

- atendimento a saúde, cuidados básicos e higiene pessoal;

- alimentação e atividades de lazer buscando através disso atrair os menores para orientá-los bem como propiciar momentos para que ele se sinta criança;

- educação pelo trabalho através de hortas comunitárias iniciar as primeiras noções de trabalho.

A referida entidade vem prestando significativo trabalho à criança de Londrina, pois juntamente com a Pastoral do Menor vem buscando encontrar formas alternativas de resgate da dignidade humana e de cidadania a esses menores de rua.

Entendemos que esse trabalho é de suma importância, considerando que hoje em função do modelo social vigente onde tem levado a maioria da população a viver em condições subumanas sem acesso a alimentação, saúde, educação, habitação entre outros e em consequência disso cresce o número de crianças e adolescentes nas ruas e em sua maioria para complementar a renda familiar.

Esses, os principais motivos pelos quais tomamos a iniciativa do presente plano de lei, que temos certeza merecerá a aprovação unânime dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Primeiro Orador inscrito Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Eu declino, para aguardar a chegada do Líder do PMDB nesta Casa, para me pronunciar a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Concedo

a palavra ao Segundo Orador inscrito, Mário Bazzera.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, Srs.

Deputados. Amanhã comemora-se três anos do fatídico dia em que o magistério Paranaense foi massacrado aqui diante ao Palácio Iguagu. E essa Assembléia não pode deixar passar em brancas nuvens, data tão importante. E eu uso da palavra para requerer o encaminhamento de expediente a todos os núcleos regionais da educação do Estado do Paraná, para que esses núcleos dêem ciência do contido nesse pronunciamento desse Deputado na presente data, à direção e corpo docente das escolas a eles subordinadas como forma de rememorar um fausto acontecimento. Não apenas para que tal procedimento por parte do Poder Público nunca mais ocorra, mas também para que a lembrança possa servir como uma bandeira, para que cada professor lute pelo reavivar da dignidade do mestre e que cada homem público que foi omisso, possa assumir o compromisso de lutar pela reconstrução do Ensino Público Estadual no Paraná.

Há três anos, neste Centro Cívico, a 30 de agosto de 1988, uma classe foi violentada: a do magistério público estadual do Paraná.

Tropa de mais de mil homens, armados até os dentes, sob o comando imediato do Tenente Coronel Eugenio Semmer, e agindo sob as ordens do então Secretário de Segurança, Doutor Antônio Lopes de Noronha, e do então Comandante da Polícia Militar, Coronel Wantuil Borges, sendo Governador do Estado o Professor Álvaro Fernandes Dias, reprimiu com violência inaudita, recorrendo até a tropas a cavalo e bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral, o ato público reivindicatório por melhores vencimentos e melhores condições de trabalho, congregando cerca de três mil pessoas, entre mestres, alunos e pais de alunos, lideranças sindicais e ainda parlamentares estaduais e municipais.

Na ocasião, o episódio que resultou em mais de meia centena de feridos, sendo que duas professoras, Nelzy Fritzen e Zélia Slomp, com ferimentos graves e até hoje impossibilitada de desenvolver normalmente sua profissão, registrou repercussão nacional.

Hoje, talvez por consequência de estar à testa da Associação dos Professores do Estado do Paraná, SINDICATO, pessoa com ligações viscerais com o antigo e atual governantes, procura-se relegar o episódio ao esquecimento, apenas com rememorações locais, nos núcleos de ensino.

Por esse motivo, nosso brado de rememoração: como homenagem a uma classe que até hoje não tem visto atendidas suas justas reivindicações salariais e de melhores

condições de trabalho. Como alerta aos Governantes e como registro; posto que, como decorrência de iniciativa isolada, forçou-se o Comando da PMPR a instaurar e levar a termo o inquérito Policial Militar a respeito dos fatos, do que resultou denúncia criminal, e os autos do Processo nº 11/90, pelo qual, três oficiais e um sargento são apontados como os únicos responsáveis pela página vergonhosamente escrita neste Centro Cívico, em plena Praça Nossa Senhora de Sallette, no dia 30 de agosto de 1988.

Amanhã, quando transcorrer o 3º ano do fato, está sendo realizada, na Auditoria Militar Estadual, o encerramento da instrução criminal, com a oitiva das derradeiras testemunhas de acusação. Por questão de justiça, os incriminados não poderão ficar impunes! Se bem que os principais responsáveis, apontados no Relatório da Comissão de Inquérito Administrativo, o Ex-Secretário de Segurança e o Ex-Comandante Geral de Polícia Militar ai estejam, hoje, tranquilamente, o primeiro premiado com uma vaga como Juiz do Tribunal de Alçada, e o segundo como chefe da Casa Militar do Governo Requião.

Por derradeiro, homenagem aos mestres lutadores que, tendo estado junto aos seus no holocausto da dignidade humana do professor, naquela tarde fatídica, hoje já tiveram seu espírito alçado à Luz Eterna; entre outros muitos e cujos nomes não nos chegam às mãos, Professor Alcides Lima da Silva, ex-Conselheiro da APP, de Curitiba; Professor Valter Bittencourt, ex-Diretor da Escola Polivalente de Curitiba; Professora Rina Maria Francovig, de Londrina, ex-Diretora de escola estadual e conselheira eleita da atual gestão da APP-Sindicato.

Não existe grandeza de qualquer espécie em Governo que, por política sistemática desvaloriza a vilipêndia seus Mestres - arquitetos do amanhã!

Curitiba, 29.08.91

(a) MÁRIO BEZERRA GUIMARAES
Deputado Estadual.

Este discurso, Senhor Presidente, eu gostaria que fosse remetido aos Núcleos, com requerimento, para que os núcleos dêem ciência às demais escolas que fazem parte dos respectivos.

Senhor Presidente, só para encerrar eu tenho aqui parte do relatório que a Polícia Militar tem registrado por uma comissão que foi solicitada pelo Comando Geral, a requerimento de um advogado, Dr. João Elísio, comissão essa formada pelo Coronel José Fernando Busnardo de Mello, Tenente Coronel Verlaine de Souza Gama, Tenente Coronel Cid Teixeira de Alvarenga, e o Escrivão José Antenor de Barros, 1º Tenente.

Vou ler parte do requerimento. (LÊ).

Cumprido o compromisso legal e instalada a Comissão, começou esta os seus trabalhos, inicialmente, ouvindo o Ten. Cel. QOPM Eugênio Semmer. Isso diz respeito ao inquérito policial militar instaurado. O mencionado Tenente-Coronel Semmer, que todas as tentativas de desativar um equipamento de som, à época com o uso de tropa foram infrutíferas, diz que recebeu ordem do Sr. Secretário de Segurança Pública para a retirada daquele aparelho; que sabia ser a situação de risco, mas que não havia como fugir da ordem recebida, visto que aquele Secretário estava bastante agitado e nervoso com a situação; que optou pelo emprego de tropa de choque por ser esta a que possui treinamento e meios para cumprir tal tipo de missão. Esclareceu também o Ten. Cel. Semmer que o emprego de granada de efeito moral tem como finalidade desarticular esquema de ação adverso e dispersar multidão, evitando-se o emprego de meios mais contundentes como o cassetete de madeira, o sabre-baioneta, o gás lacrimogênio, as balas de borracha, etc. Complementa o declarante que todas as ordens que recebeu, seja através do Comandante do Policiamento da Capital ou diretamente do Comandante Geral ou do Secretário de Segurança foram cumpridas com emprego dos meios necessários e que não lhe competia discutir se elas tinham respaldo jurídico ou não.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Aviso que Vossa Excelência já está usando o Horário da Liderança do seu Partido.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados; simplesmente para ilustrar este meu pronunciamento. E lembrar, rememorar de que à época o Secretário de Segurança, o Sr. Noronha, assistiu de camarote a verdadeira "pancadaria" promovida pela Polícia, a seu mando, e até hoje não respondeu pelo crime cometido naquela ocasião.

Hoje, arrumam-se quatro ou cinco "bodes-expiatórios" dentro da Polícia Militar para culpá-los pelo ocorrido, mas o verdadeiro responsável, naquela ocasião, foi o Secretário Noronha, com a conivência daquele comandante da Polícia Militar, o Senhor Vantuil Borges.

Hoje, os dois promovidos, como já citei no meu discurso, um na Casa Militar e o outro Tribunal de Alçada.

Concedo aparte ao Deputado José Tavares.

O Sr. José Tavares - Deputado, este episódio ocorrido há três anos aqui na frente do Palácio Iguazu é um episódio extremamente lamentável. É algo que a gente

tem que reprovar sempre. Condenar sempre. Eu era Deputado Federal, e quando soube dos fatos, me rebelei contra eles e me indignei. Da mesma maneira que em 1979, quando eu era Deputado Estadual do MDB, eu não só me rebelei contra atos idênticos, como também fui vítima, porque estava junto com os professores, aqui perto da Prefeitura Municipal, numa tarde de domingo, se não me falha a memória, juntamente com o então Deputado Darcy Deitos. Quando nós dois, acampanhando aquele movimento reivindicatório dos professores, fomos também como os professores agredidos e ofendidos pela Polícia Militar. Agora, alguma coisa tem que ser recolocada para Vossa Excelência. Eu não sei se eu vou falar aqui alguma inverdade, não no sentido da expressão literal, mas eu não sei quantos anos Vossa Excelência tem de Paraná, eu não sei, consta que não são muitos; portanto, eu me permitiria a dizer a Vossa Excelência o seguinte: Este episódio que houve aqui em frente ao Palácio, que eu reprovei na época, e reprove, ele não foi assitido, como Vossa Excelência afirma, passivamente pelo Secretário Antonio Lopes de Noronha, e nem o Secretário Antonio Lopes de Noronha foi promovido para o cargo de Juiz do Tribunal de Alçada como prêmio.

Primeiro, o Secretário Noronha estava no Palácio Iguazu? Estava. Segundo, o Secretário Noronha foi nomeado para o Tribunal de Alçada? Foi, só que ele foi para o Tribunal de Alçada depois de passar em primeiro lugar na lista do Ministério Público. Depois de figurar em primeiro lugar nessa lista, o Governador o nomeou constitucionalmente, que era vaga do Ministério Público. Segundo, ele estava no Palácio, é verdade, mas como é que as coisas aconteceram? Aconteceram da seguinte maneira: O Secretário da Segurança Pública, procurado pelo comando de greve naquela oportunidade, o encaminhou, encaminhou esse comando à Polícia Militar e Civil para definirem uma estratégia de operação da passeata, e ficou muito claro entre o comando de greve e as duas Polícias que não seria permitido acampamento em frente ao Palácio Iguazu; e foi acertado este acordo e a Polícia iria dar proteção, segurança e cobertura para a passeata, que é seu dever. Toda movimentação de rua tem que ter da polícia a sua proteção, qualquer coisa além disso tem que ser devidamente analisado e refletido.

Ao chegarem aqui na entrada da avenida Barão do Cerro Azul, onde tem alguns obstáculos em frente do Tribunal de Justiça, um grupo de manifestantes tratou de remover a força uma viatura policial que também impedia o acesso de veículos nesse trecho, só podia entrar nesse trecho as pessoas. A polícia assistiu a remoção da-

quela viatura e deixou que entrasse a multidão. Quando chegou em frente do Palácio, algumas pessoas começaram a montar barracas, e aí foi quando tudo começou lamentavelmente. Quando a polícia foi chegar e dizer: "Olha, não pode montar barraca em frente do Palácio, porque nós não vamos permitir, isso foi definido num acordo entre a polícia e o comando de greve. Portanto, vocês não façam isso". E aí começou o empurra-empurra, o disque-disque no meio da multidão.

Então, nobre Deputado, me perdoe se eu estou colocando os fatos desta forma detalhada e recolocando a minha posição de reprovação a qualquer tipo de violência à pessoa, porque a minha história mostra isso, quando eu também citei aqui o também lamentável episódio de 79, quando professoras de idade foram puxadas pelos cabelos na minha presença e eu me rebelei contra isso, e os Anais da Assembléia registram meus veementes protestos na época contra isso. Se eu estou fazendo estas colocações é para repor a verdade. Então, o Secretário Noronha, que era um Procurador da Justiça e Secretário de Segurança Pública, ele não é um super-homem, ele tomou as providências que o seu cargo determinava que o fizesse. Qualquer movimentação popular de grande monta, chega num determinado momento que não se controla mais os ânimos, e aí as coisas lamentavelmente acontecem como aconteceram aqui.

Vossa Excelência deve ter visto ontem em São Paulo o que aconteceu, um outro fato lamentável. Um delegado da Polícia Federal se sentiu quase que aviltado porque um motorista de ônibus jogou o ônibus em cima da sua viatura, e era uma identificada; e causou todo aquele transtorno no centro de São Paulo. Tudo isso é lamentável, mas em nome da verdade eu não poderia ficar calado, conhecendo como conheço a verdade.

Lamentavelmente tenho impressão que Vossa Excelência não sei se realmente é verdade ou não, mas pelo que me disseram, morando muito pouco tempo no Paraná, não conheça a verdade dos fatos como aconteceram.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Primeiro quero dizer a Vossa Excelência que nasci no Estado do Paraná, precisamente São Pedro do Ivaí. Sempre morei no Estado do Paraná.

O Sr. José Tavares - Então me perdoe.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Vossa Excelência já faltou com a primeira verdade.

Segundo, fiz um relatório aqui, acabei de relatar o que a Comissão de Processo Administrativo fez mostrar ao comando da Polícia Militar no inquérito montado por

esta Comissão.

Não sei se Vossa Excelência ouviu, mas o próprio Militar, o Eugênio Sener, culpa o Secretário de Segurança. Ele é que mandou, de qualquer maneira, dispersar o povo.

Então Vossa Excelência tem todo o direito de dizer o que Vossa Excelência disse, mas não concordo com Vossa Excelência e mantenho minha posição de que foi uma situação arbitrária do Senhor Noronha, não deveria ser promovido nesta lista: nem o Coronel Vantuil Gomes deveria ser promovido.

Acredito que é algo de negativo em seus currículos.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Senhor Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

O jornal "O Estado do Paraná", edição do dia 11 de agosto próximo passado, publicou um artigo escrito pelo jornalista e Secretário de Comunicação Social do Governo, Fábio Campana, vasado nos seguintes termos:

(Lê):

FANTASMAS DA ÓPERA

Fábio Campana

Uma pesquisa de fonte fiel mostra que 82% da população não confia em políticos. Pluralidade que só era obtida contra o Demônio, quando este parecia risinho e franco, antes de Montaigne. Nada surpreende, num país onde todas as esperanças de restaurar a dignidade da vida pública foram frustradas pela prevalência dos velhos hábitos sobre os desejos de mudanças. Mas não faz mal que certas ilusões sobre o liberalismo democrático tenham desaparecido do raciocínio elementar de nosso povo. Quem foi privado de ilusões aprende a viver com a realidade. Ou perece.

Nesse caldo ideológico a atitude do governador do Paraná, Roberto Requião, provoca perplexidade. Seu esforço exigindo nitidez no comportamento político e administrativo, a começar pela direção de seu próprio partido, o PMDB, contrasta com a maré montante de denúncias de corrupção e fraudes programáticas que acentuam o ceticismo da maioria. E não fica em simples moralismo de retórica sua cobrança. Vai à prática. Determina medidas saneadoras que propõem como exemplaridade aos demais. Criou a Ouvidoria Pública, um canal aberto à população para reclamos e denúncias sobre seu governo. Agora exige de si mesmo e de todos os assessores diretos a publicação da declaração de bens e de rendas,

para expor ao controle da sociedade possíveis tentações de rápido enriquecimento.

Essa linha moralizadora tem tudo a ver com um programa bem mais amplo de governo. Na verdade, trata-se do resgate de uma das bandeiras de sua geração - o respeito ao interesse público. Na mesma vertente delineia-se um plano político e administrativo voltado para as maiorias. Especialmente naquilo que toca à expectativa imediata de sobrevivência: aumentar o número de empregos e oportunidades, reduzir o custo de vida, democratizar todos os serviços públicos essenciais. Exigências da democracia e da situação agravada pela crise que se arrasta há mais de uma década.

Nada de obras faraônicas. Muito menos a dispersão de recursos escassos em pequenas melhorias ditadas pelo clientelismo. Requião definiu prioridades e estabeleceu programas viáveis, como esse que procuram mudar o perfil econômico do Paraná, adiantando-se às injunções da nova divisão internacional de mercados que está gestando o Mercosul. Com uma visão que ultrapassa o regionalismo e percebe os riscos que apontam contra os interesses nacionais. É por isso que sai em defesa do porto público, com um tom nacionalista que parecia definitivamente sepulto pela onda de liberalismo que tomou conta do mundo. Liberalismo que empolgou nossas elites conservadoras dispostas a entregar o ouro, o suor e o sangue dos brasileiros em troca das rebarbas que possam sobrar de um privatismo que sempre pode gerar bons negócios.

II

Requião liberou mais da metade das empresas paranaenses não só dos impostos, mas de toda a burocracia que possa entrar o desenvolvimento da criatividade, de iniciativas necessárias que geram empregos, produzem riquezas e ampliam a economia. Ao mesmo tempo, determina o fim do rodoviarismo, certo de que construir estradas desnecessárias só serve para encurtar a distância entre empreiteiros e os cofres públicos. Muda o eixo e investe pesado em educação, saúde, habitação, segurança e no desenvolvimento de todos os centros urbanos, contribuindo para uma melhor distribuição demográfica e de oportunidades, buscando racionalismo no crescimento e evitando os quistos de miséria que podem prosperar em torno das grandes cidades, quando não há respostas para os marginalizados.

O estímulo à economia informal não é tratado como ficção típica dos chamados projetos alternativos. Mas como aspecto importante da concepção de sociedade, onde a vida deve se reproduzir em condições que propiciem a elevação constante de sua qua-

lidade. E não como simples mercado cuja evolução é determinada por interesses que têm pouco a ver com as necessidades essenciais da maioria.

O Paraná vive um momento de transformações. Procura opções de culturas que possam manter sua agricultura na ponta da produção brasileira de grãos. Para sustentar a viabilidade da soja, busca substitutos para a cultura intercalar do trigo, antes que caíam as barreiras alfandegárias e a produção argentina invada com baixos custos e baixos preços o mercado que será comum. Investe em alimentação animal e para dar racionalidade ao projeto renova sua pecuária leiteira. Corre atrás do tempo para ampliar seu parque agroindustrial. E estimula a sobrevivência da pequena propriedade e amplia os espaços da produção diversificada de alimentos para o mercado interno. O Paraná tem pressa em ajustar suas disponibilidades a esta nova fase. De grande produtor de energia quer passar a grande distribuidor, inaugurando programas de eletrificação rural a baixo custo. Se necessário, volta-se ao escambo. O produtor pode pagar com um alqueire de sua lavoura de milho a instalação de energia. Só não podem sobreviver barreiras para a modernização. E tudo acontece sob a orientação de um amplo programa de preservação ambiental que já virou referência para os organismos internacionais.

Como se vê, são idéias e programas estreitamente articulados e que levados à prática podem, representar uma importante experiência neste momento. Poucos hoje, acreditam que a inflação e seus efeitos colaterais possam desaparecer com um único tiro. Muitos pensam que os bolsões de miséria e desesperança possam ser contidos por uma política privatista, recessiva e desnacionalizante. O povo não teoriza. Demonstra até certa abulia depois de sucessivas derrotas e frustrações. Mas sente no bolso o empobrecimento e acumula a sensação de impotência para mudar a situação que o oprime.

No outro pólo vemos o ideologismo doidivanas, rarefeito, autista, irrelacionado com a realidade que pretende abranger. É a maldição primeira da esquerda brasileira. Não consegue dar respostas globais. Transforma sua própria crise de identidade em muro intransponível para a compreensão do processo no qual navega. Incapaz de romper esses limites, vive no exílio de movimentos corporativistas que se alimentam de reivindicações quase sempre desconectadas e contraditórias com os interesses gerais da sociedade.

III

A posição do governador do Paraná, Ro-

berto Requião, é percebida mais facilmente quando ele se lança no confronto direto contra o estilo que fez do ex-governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, uma figura emblemática de desmandos administrativos incansavelmente apontados pela imprensa. Ou quando rompe o monopólio inconstitucional que privilegiava uma empresa privada de seguros de propriedade majoritária de um banco, o Bamerindus. Ou, ainda, quando decide abrir os fichários da repressão política para abolir os hábitos da perseguição ideológica. Mas estas atitudes revelam apenas um aspecto de sua ação. Mostram um traço marcante do estilo arraigado a uma concepção pública que coloca acima de tudo e de todos os interesses sociais majoritários. Da prática moralizante à definição de prioridades.

O Paraná habituou-se a certa tradição de suas elites que contrasta com o ânimo popular. A cordialidade nas relações políticas, a preferência pelos acordos e convênios, o temor ao rompimento e ao confronto no enfrentamento político quase sempre foi a linguagem nas instâncias de poder. Contrastando com a disposição de combate da maioria da população, sempre que se viu atingida em seus interesses.

Talvez isso ajude a explicar os últimos resultados eleitorais no Estado. E a compreender por que a linguagem firme e, se necessário, ácida do governador, consegue fazer de Requião um locutor sintonizado, com a absoluta maioria da população, ao mesmo tempo que é reprovado pelos setores que continuam a acreditar que a subserviência e a submissão são os melhores caminhos para o sucesso de qualquer empreendimento político. Voltada para si mesma, a elite tradicional não resta mais que cultivar a autofagia e eleger a timidez como estilo. Não é de estranhar que se surpreenda e se sinta desconfortável quando o governador alteia a voz e esbraveja contra os poderosos de ocasião. Há quem considere que o tempo é de lamber as feridas, e não de procurar-lhes a causa. Nessas avestruzes Requião provocará ressentimento e hostilidade. Mas essa elite é típica de uma sociedade fim-de-linha, como aqueles cadáveres com reflexos nervosos, crescendo cabelos e unhas.

O mundo do colonizado é, antes de tudo um vácuo social, onde gestos cordiais são fúteis e levemente fantasmagóricos, só ganhando consistência as manifestações fortes de decisão. É essa força que rompe o casulo da dependência. Requião prefere o caminho do destemor, trazendo o tema da indignação moral às últimas consequências num âmbito de experiência, o popular, onde as simplificações ideológicas não resistem à menor análise.

IV

Mais que discutir formas de governo e embarcar em aventuras como essa do parlamentarismo, Requião quer propostas reais e eficientes para modificar o quadro no qual se move a sociedade. Desde Oliveira Vianna sabe-se que o Brasil vive um fosso entre o ideal e o real. Entre a legal e o real. Nesse hiato, entre a lei e a concretude das práticas cotidianas, muitos absurdos acontecem no mar de impunidade. Na circunstância que vive o país e diante da fragilidade de suas instituições o parlamentarismo seria o caminho para a definitiva exclusão da sociedade do processo político. Estaríamos condenados à república dos "lobbies" e dos cartéis. Desapareceria a política nacional e, principalmente, a oportunidade de discuti-la. A eleição presidencial, e a disputa de poder que envolve, é o momento único de grande participação e decisão da sociedade. Saímos agora da primeira experiência contemporânea de eleições diretas e já querem reformar o processo para impedir que a maioria decida e participe.

Mas há luz no fim do túnel. Por mais que os críticos insistam é possível perceber sinais de amadurecimento de uma nova perspectiva na política brasileira. Não é apenas coincidente o apoio popular, demonstrado nas últimas pesquisas aos novos Governadores que procuram conjugar, na prática, o discurso social-democrata. Ciro Gomes, no Ceará, Requião, no Paraná, secundados pelo gaúcho Collares e mesmo Leonel Brizola, indicam uma tendência na sociedade brasileira que, confirmada, pode significar, enfim, um processo real de mudanças na vida nacional. Esse parece ser o caminho.

Esta concepção, que pretende aproximar o país da contemporaneidade, assusta alguns espíritos ancorados na Idade Média. Com idéias de senhor feudal e linguagem de servo da gleba, projetam fantasmas da ópera bufa reproduzida pela sociedade do espetáculo. Remitentes em seu plano de manter o país sob os desígnios da vertente conservadora que predominou na direção política, mesmo nos momentos em que tínhamos a impressão de que, afinal, avançávamos para a necessária modernização.

Requião vem conseguindo encarnar essa aspiração social que o projeta como condutor de um processo real de mudanças. Todas reclamadas insistentemente pela absoluta maioria, que parece cansada da retórica sem prática, dos expedientes leopordianos em que tudo deve mudar aparentemente para não mudar coisa alguma. Mais que as cúpulas e os grupos partidários que se reúnem em torno do bezerro de ouro, neste processo valem as propostas, as idéias. E prin-

principalmente a prática, referência fundamental para se perceber quem pode anunciar o futuro. E quem está definitivamente preso ao passado.

Fábio Campana - Jornalista e Secretário de Comunicação Social.

(Termina de ler)

Senhor Presidente, tenho esgotado o tempo que disponho para falar no Pequeno Expediente, e como com certeza o Líder do meu Partido usará o Horário da Liderança do PMDB, eu requeiro a Vossa Excelência que considere como lido o restante deste documento para que possa constar nos Anais desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ontem, o meu companheiro de Bancada, o Deputado Ovídio Constantino mostrou qual é a posição do Partido dos Trabalhadores em relação ao emendão proposto pelo Presidente Collor de Mello. Hoje nós queremos desta tribuna, em nome do Partido dos Trabalhadores, convidar todas as entidades que defendem a democracia em nosso País para uma reunião amanhã, sexta-feira, dia 30 de agosto, às 19:30, no auditório do SINTEL na Rua Dr. Muricy n. 81. Queremos discutir e nos organizar para como resistir a este emendão.

Também neste horário eu quero convidar os senhores Deputados ou, precisamente, convocar os Senhores Deputados que foram indicados pelas respectivas lideranças para comporem a CPI da Saúde para uma reunião na próxima terça-feira, às 9:00 horas na sala de reuniões, onde iniciaremos a tomada dos depoimentos das pessoas que foram acusadas de denúncias.

Espéramos em duas semanas fazer a tomada de depoimento de todos os que foram considerados envolvidos para chegarmos a uma conclusão. E, de antemão, como presidente desta CPI, quero dizer a todos os Senhores Deputados que não vou com nenhuma opinião pré-formada e com nenhuma acusação pré-formada, portanto, queremos que esta CPI tenha um trabalho isento, um trabalho sério e honesto e que chegue às conclusões o mais rápido possível, aprontando o relatório.

Nós do Partido dos Trabalhadores queremos registrar a nossa solidariedade aos servidores públicos do Estado do Paraná e o nosso apoio à luta desses servidores. Lembramos que amanhã, dia 30 de agosto, é aniversário da agressão sofrida pelos professores em plena praça em frente a este Palácio.

Queremos mostrar a nossa solidariedade e o apoio ao ato que amanhã se realizará nesta cidade quando todos os professores do magistério público municipal, em caráter de luto e de luta, paralisarão os seus serviços para protestar, assim como também paralisarão os trabalhos, os trabalhadores da justiça. E queremos alertar que aquela violência física contra os professores, impetrada no Governo Álvaro Dias, responsável por esses atos, se desdobra ainda em cima dos servidores através de outros mecanismos. Em cima do magistério público e em cima da sociedade paranaense essa violência vem com o ato do pedido de inconstitucionalidade das eleições de professores para diretores das escolas públicas. Isso é uma violência que se procura pelo chamado caminho legal.

Queremos dizer que a violência que foi física há três anos continua como violência pelo autoritarismo do atual Governador ao decretar o fim da data-base para os servidores públicos do Estado e, no maior despudor, declarar que estão abertas as negociações, que está negociando com os trabalhadores, se contra eles põe atos legais e inconstitucionais como o decreto que assim fez terminando com a data-base.

Queremos dizer que a violência pode ser física, pode ser política, pode ser repressiva. Isto Álvaro fez durante o seu Governo. E Requião não tem feito, por enquanto, a violência física, mas a psicológica, a repressão, a opressão nos servidores, a não-negociação com os trabalhadores isto ele tem feito.

Aqui o nosso repúdio ao Governador e o nosso apoio aos trabalhadores que são massacrados pelos baixos salários, quando hoje temos um engenheiro trabalhando no ITCE com sessenta e seis mil cruzeiros por mês. Salário de fome, salário de miséria, e diz que negocia.

Cobramos aqui o imediato envio para esta Casa de um reajuste dos servidores públicos porque, senão, o serviço público do Estado do Paraná perderá seus principais quadros para o setor privado, quadros que o setor público muito investiu e não deve perdê-los e, sim, preservar para continuar prestando bom serviço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados. Ilustres visitantes.

É com a fé em Alá e a veneração de seu profeta Maomé, que os povos árabes de areias desérticas aprenderam a enfrentar os rigores do clima e do terreno. Saará,

em árabe, quer dizer "Deserto". Seu alimento é a tâmara, seu transporte é o camelo e seu descanso é o caravanchará.

Séculos de história foram se passando e a cultura árabe se manteve indene, intocada. A hospitalidade fraternal e a capacidade de luta para enfrentar o ambiente hostil reforçaram o espírito árabe e o verticalizaram como uma tamareira, resistente ao "simun" dos tempos, o vento árido e quente do deserto.

A Líbia dos doutores visitantes Amin Afahir, Ramadan Abu Al-Khadir Mohamed Masued e Abdul Ghani Nahifi, que hoje nos honram com suas presenças neste Plenário não é mais a velha tripolitânia.

É um País que sob a liderança de Huhamar Kadaffi tem hoje 4 milhões de habitantes e conseguiu reduzir o analfabetismo de 90 para 15%.

Com a produção integralmente socializada, a renda per-capita/mês está ao nível de 500 dólares.

O atual Governo Líbio criou e mantém uma rede hospitalar com atendimento à população inteiramente gratuito e perfeitamente integrada entre si. Os médicos líbios especializam-se no exterior, como um estágio final da educação profissional. O ciclo educacional líbio é completo e gratuito.

Se o Rio Nilo é um milagre na natureza favorecendo o Egito, o Governo Líbio decidiu através de um projeto grandioso, liderado pelo Engenheiro Mohamed Mangoush, construir seu próprio rio, já que para a Líbia - a natureza africana não fora tão pródiga quanto no Oriente Médio.

Considerado o maior projeto mundial de captação e direcionamento de água, os líbios foram buscar a água subterrânea, contida nos lençóis freáticos sob o deserto.

Imensas bombas contínuas retiram a água do subsolo 24 horas por dia e a despejam numa tubulação de 4 metros de diâmetro. O projeto prevê uma extensão de 1.000 Km. E foi inaugurado em sua primeira etapa.

Um milhão de metros cúbicos por dia serão injetados no fabuloso conduto e irão servir a projetos de irrigação em várias áreas do País.

Se considerarmos o conduto líbio a nível prático poderemos antever para aquele País Africano um grande futuro, previsível e a curto prazo.

Saudamos os ilustres visitantes, que nos visitam num primeiro contato, para que o Paraná estabeleça intercâmbios entre as universidades líbias e as nossas.

Haverá sempre um ponto comum de interesse entre nossos países: pertencemos ao mesmo planeta que - hoje - é uma aldeia global e uma só empresa que compra, vende e troca, produz e consome.

O Paraná, considerado pela FAO como padrão mundial nas atividades de conservação de solos, irrigação e drenagem e reflorestamento integrado, tem muito a oferecer ao povo da Líbia em tecnologia e pessoal qualificado.

Renovo, Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados e Ilustres Visitantes, os votos de boas vindas ao Paraná. Queremos que se sintam aqui como, tenho certeza, seremos um dia recebidos em seu País: com hospitalidade franca e amigável.

Muito obrigado.
(Termina de ler)

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Normalmente ocupo esta tribuna para fazer críticas ao Governo do Estado ou para defender algum projeto de interesse da pauta da Ordem do Dia.

No entanto, hoje eu quero ocupar a tribuna para comunicar à Assembleia uma idéia que me ocorreu esta manhã e que já acertei com uma empresa fornecedora de leite à população de Curitiba. Esta idéia me parece trará ao Brasil o "livro do futuro". Nós vamos passar a imprimir fichas didáticas com a História de Curitiba, lições de meio ambiente, lições de geografia e lições de português no verso dos sacos de leite vendidos à população da cidade de Curitiba.

De plástico o livro não se acabará. Será um polímero a permanecer até quando a Cidade fizer 1000, 2000 anos. Impresso em grande quantidade, com tinta indelével, o livro permanecerá, poderá ser lavado; os ricos levarão as suas fichas didáticas decorrentes do leite que consomem às escolas; e os pobres usarão essas fichas didáticas como suporte para o material didático, que a avareza dos costumes e dos templos e a mesquinharia dos governantes têm negado ao povo brasileiro.

Para terem uma idéia só uma companhia de leite do Paraná produz 100 mil sacos plásticos por dia para consumo na cidade de Curitiba. Serão 3 milhões de fichas didáticas à disposição das crianças cada mês e 36 milhões de fichas didáticas disponíveis para as crianças cada ano. O livro de plástico é o livro que não derruba as árvores, é o lixo que não é lixo, transformado em suporte da cultura. É uma possibilidade, ainda em estudo, que poderá se estender a todas as cidades do Paraná e a todas as cidades do Brasil.

Essa idéia do saco plástico de leite, transformado em suporte para a cultura e para a educação, talvez resgate em parte a

nossa dívida para com a população oprimida.

Vem aí um tempo novo para a humanidade, que é o novo milênio. Este tempo precisa ser marcado pelos 300 anos de Curitiba, precisa ser marcado pela visão de que comemorar é conhecer. Ninguém consegue ser cidadão se não conhece; só o que conhece reivindica o seu espaço. Os que somos Deputados, a Senhora Deputada e nós outros, estamos aqui porque não nos foi negado o pão da sabedoria.

Então, ao comunicar a esta Assembléia esta idéia, eu quero inclusive registrá-la nos Anais e formalizá-la, exatamente para evitar que se faça comigo no futuro o que hoje os vereadores do PT, segundo o cronista tedioso, e inclusive mal-humorado, ranheta do jornal "O Estado do Paraná", da coluna "tablóide", está fazendo agora. Tenta o Senhor Aramis Milarch negar a minha obra no espaço da Cidade, contestando o meu direito trabalhista de fazer concurso para engenheiro do IPPUC. eu que do IPPUC estou licenciado porque cumpri o meu mandato de vereador, cumpri o meu mandato de Deputado e agora cumpro novo mandato de Deputado. Nada recebi do IPPUC, no entanto, lá trabalhei quatro anos, então, recebendo antes de ser vereador e um ano como contratado antes ainda de ser vereador.

Que Curitiba me paga não se traduz no que um holerite de funcionário público possa materializar. O que Curitiba me paga se traduz no direito de ter essas idéias, na possibilidade de tentar mostrar, com o exercício da política, do espaço da polis, que é a Cidade que nós amamos, o Brasil que pode ser, que nasce a cada dia, quando trocamos lixo por vale-transporte, lixo por comida, ou, quando nós podemos propor, com ousadia, que o Brasil troque lixo por leite e imprima livros didáticos no verso das embalagens plásticas, transformando o livro na permanência, o lixo no documento de amanhã, o lixo no suporte do material que vai erguer o povo e tirar a Nação da lata de lixo da História.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Pretendia fazer algumas referências, alguma alusão pessoal ao que os jornais e a imprensa inteira do Paraná, e a imprensa escrita dá largos espaços também a televisão brasileira.

Trata-se da mensagem, da proposta do Senhor Presidente da República, ao Congresso Nacional, propondo alterações na Constituição de 88. Por coincidência, a

Bancada do PT requereu ontem nesta Casa, através de dois expedientes, um deles pedindo moção de apoio à nota oficial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e pede a transcrição, nos Anais da Assembléia, da mesma nota e ontem ainda, ao tomar conhecimento, eu pedi que as proposições ficassem para serem discutidas nesta oportunidade.

Pois bem, todos sabemos da repercussão, da discussão que vai gerar o encaminhamento da proposta de alteração da Constituição Federal, iniciativa do Senhor Presidente da República.

Jornais pronunciam-se a favor, alguns parlamentares contra, e os partidos políticos da mesma forma. As opiniões são as mais divergentes, mas daí a razão da repercussão e da seriedade da proposta. A nota emitida pela Ordem dos Advogados do Brasil, nota oficial, pelo seu órgão superior, que é o Conselho Federal da Ordem, e que tem como competência primeira, defender a ordem jurídica e a Constituição Federal, pugnar pela boa aplicação das leis e pela rápida administração da justiça e contribuir para aperfeiçoamento das instituições jurídicas, é competência primeira desse conselho especial da Ordem. Pois bem. Eu discordo, e muito. A nota oficial tem algumas páginas e nós sabemos que ela surge dentre as maiores inteligências jurídicas do País, e todos sabemos que a OAB nessas oportunidades, especialmente quando se altera, quando se mexe na Constituição brasileira e nas dos Estados, por suas seções estaduais se pronunciam. Portanto, nós conhecemos profundamente e respeitamos o pronunciamento da Ordem dos Advogados do Brasil. Nós apenas discordamos das colocações, porque, resumidamente, a nota que pede a Bancada do PT para ser transcrita nos Anais da Casa, e o apoio desta Casa ainda a ela, tem o meu voto antecipadamente contrário. Reconheço também o direito da Bancada do PT assim proceder, de se manifestar, de requerer. Mas, o meu voto é contrário. Não vejo porque não se emendar, não se alterar a Constituição do País e as Constituições do Estado todas as vezes que se fizerem necessárias. A própria Constituição prevê o seu reexame global em 1993. Mas não se trata disso, de uma revisão total, global da Constituição, esse é o meu entendimento. É certo que a proposta presidencial altera vários artigos da Constituição e sei também que será motivo de alta discussão em que os congressistas haverão de se empenhar no encaminhamento e na discussão desse assunto. E não poderia também deixar de se manifestar entidades ao nível da Ordem dos Advogados ou mesmo da CNBB.

As propostas, basicamente, que saem do Palácio da Alvorada ou do Congresso, visam

alterar a aposentadoria; agora, não mais por tempo de serviço e sim por idade. Os homens 65 anos, as mulheres 60. O que vem se fazendo até há pouco na agricultura. Os lavradores, os que foram aposentados até agora são aos 65 anos de idade.

A educação, com o fim da gratuidade de ensino das universidades federais, e que também é muito discutível, a gratuidade de ensino a filhos de pais que podem, que são ricos, manter na universidade por alguns anos um jovem, uma jovem que após a sua formatura não tem nenhum compromisso com o País ou com o Estado sequer exercer a profissão em função do curso que fez e que cumpriu. E, assim por diante. Têm assuntos, por exemplo, de salário, "Presidente fixa salário do funcionário sem ouvir o Congresso...". Eu também discordo disso. Acho que, para fixação de salário, o Congresso tem que ser ouvido. Quanto à estabilidade dos funcionários, suspende pela proposta até 1993. E são instáveis, atualmente os funcionários com mais de 5 anos de serviço por dispositivo constitucional de 1988.

Quanto à dívida a União pode lançar títulos no mercado sem autorização do Congresso. A União poderá confiscar os bens dos devedores, o que não pode atualmente. Deve-se à União e ninguém paga. Aqui mesmo no Paraná têm empresas que devem anos e anos milhões de dólares e o Estado é incompetente para receber os impostos. Enquanto os pobrezinhos de fundo de quintal, pequenos comerciantes, esses pagam! Precisam pagar! E dispõe também sobre os gastos com o pessoal da União, reduziu de 65 para 60%. Parece-me que nenhum Estado do Brasil ainda se enquadrou no dispositivo atual, que é de 65. Será difícil 60%. E ainda os fundos, ICMS, que são alterações que preocupam de qualquer forma a vida nacional.

Mas, ao me pronunciar contrário aos dois requerimentos da Bancada do PT, eu queria deixar registrado, este... nestas modestas palavras sintéticas, de que é a oportunidade para o País, operar sem dúvida a Constituição, porque não? Inclusive, a anterioridade da lei de que não se pode cobrar tributos no mesmo ano, porque não? Porque nós temos que esperar janeiro, se o problema é março, fevereiro, abril, nós temos que respeitar o princípio da anterioridade da lei que não se pode criar tributos para que sejam pagos no mesmo exercício? Pois não se pode; é inconstitucional. Mas se a realidade brasileira diz que é necessário, por exemplo, porque não o Congresso discutir, votar e decidir sobre essas propostas.

Portanto, Senhor Presidente ao manifestar-me favorável a propositura, não integralmente, o Senhor Presidente da Re-

pública, que sequer chegou ao Congresso e eu a desconheço, o que sabemos é por noticiário de jornais da imprensa. Mas age bem o Presidente da República em propor ao Congresso, órgão único, competente para operar a Constituição, tudo o que for possível, e que assim entender a sociedade brasileira, através do Congresso eleito pelo povo, não há nada que impeça que o Congresso deixe de estudar de analisar e decidir sobre as propostas do Presidente da República que nós sabemos que são inúmeros os dispositivos constitucionais, de uma Constituição que nós vamos respeitá-la, acatá-la, mas que devemos também entender que deve ser emendada, toda vez que assim... não só a vontade nacional, mas a realidade brasileira exige. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PSDB.

(Declina).

PMDB.

(Declina).

PTB.

(Declina).

PT.

(Declina).

PL.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PDT.

(Declina).

O SR. DALTON MACHUCA - Senhor Presidente.

A Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, dentre as inúmeras instituições que servem à coletividade, vem se destacando há 40 anos.

Foi criada em 1951 com o objetivo de preservar os valores morais e espirituais da nacionalidade e congregar os que finalizavam os estudos da Escola Superior de Guerra. Embora seu nome sugira interpretações diversas, a associação congrega civis e militares. O número de civis associados supera o de militares.

A História do Brasil recente reflete a História da ADESG. Seus estudos doutrinários e sua proposta de metodologia de ação política vem servindo às últimas gerações como bússola para a unidade e solidificação das instituições nacionais. É por esse motivo que a 7 de dezembro deste ano serão realizadas inúmeras manifestações comemorativas aos 40 anos da ADESG a serviço do Brasil.

No Paraná a ADESG já formou 3.500 colaboradores até o ano de 1990. E foi ali, como em tantos outros campos de atividade social, que tivemos o privilégio do pioneirismo. Nos idos de 1961, na Faculdade

de Direito de Curitiba, sob a direção do Des. Francisco Cunha Pereira é que a ADESG realizou o 1º Ciclo de Estudos de Política e Estratégia do Brasil, com a criação da Delegacia do Paraná, o que nos permite neste ano comemorar o 30º aniversário. Serviram-lhe desde 1961, personalidades que lhe deram seu patriotismo, trabalho e dedicação, marcando etapas na construção do Estado.

A História da ADESG no Paraná pode ser compreendida em dois períodos distintos: o anterior a existência formal da Delegacia e o posterior.

No período anterior, seu trabalho foi manifestado através da execução de ciclo de estudos e pelo empenho dos Delegados e das personalidades que apoiaram (1961-1970). O ciclo pioneiro no Brasil foi em 1961, em Curitiba, na gestão do Delegado Des. Augusto Guimarães Cortes (1961-1963).

O 2º ciclo de estudos foi realizado na UFPR. O Delegado seguinte (1963-1966) foi o Prof. David Antonio da Silva Carneiro, que realizou o 3º Ciclo de Estudos no ano de 1966 também na UFPR. O 3º Delegado Des. João Alves da Rocha Loures (1966-1970) recebeu o apoio do Magnífico Reitor da UFPR, Prof. José Nicolau dos Santos. Nesse período, em caráter interino, foram responsáveis pela associação o Eng. Raul Bruel Antonio e o Juiz Federal Heraldo Vidal Correa.

O segundo período da ADESG no Paraná está marcado pela criação da Delegacia. Nesse interregno marcaram os destinos da Associação 3 Delegados: O Gen. Florimar Campelo (1970), O Cel. Rodolpho Gustavo da Paixão Neto (1986-1990). Essa época de forte expansão é marcada pela criação de representações no interior do Estado, pelo aproveitamento de adesguianos em postos-chave governamentais e privados, e pelo reconhecimento de utilidade pública federal, estadual e municipal. Seus magníficos trabalhos serviram de base ao planejamento de ação política de sucessivos governos estaduais.

No Governo Jayme Canet, pelo reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos, o Estado do Paraná cedeu as instalações que serviram, até bem recentemente, de sede da ADESG, marcando o estreito relacionamento da doutrina e da ação.

Hoje, a ADESG do Paraná está sob a responsabilidade do Procurador da República Miguel Guskow, que continua a trilhar o caminho traçado pelos fundadores: preservar e projetar valores morais e espirituais da nacionalidade, coordenar ciclo de estudos de política, planejamento e pesquisas de interesse nacional e ou regional.

Como adesguiano - participante de

Ciclo de Estudos em Ponta Grossa - associo-me às comemorações do 40º aniversário da Associação no Brasil e dos 30 anos em nosso Estado, que tão relevantes serviços vem prestando a comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício 125/91, subscrito pelo Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 29 do corrente mês, em virtude de acompanhar a Comissão Especial incumbida de visitar a ocupação da Fazenda Santana no Município de Campo Bonito.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, na qualidade de Líder do P.S.D.B., constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado para compor a Comissão de Inquérito, na Secretaria de Estado da Saúde.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente, comunicando sua ausência na presente Sessão Plenária, por motivos de saúde.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Albino Corazza, João Arruda, Heinz Herwig e demais Senhores Deputados do Bloco Parlamentar Municipalista, devidamente apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/91, de autoria do Deputado Dirceu Silveira Manfrinato, torna obrigatória a inclusão do tipo sanguíneo e fator RH nas Carteiras de Identidade e de Habilitação. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emendas Aditivas de Plenário, em nº de 02 (duas), de autoria de vários Senhores Deputados, de-

vidamente apoiadas, nos seguintes termos:

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 01,
AO PROJETO DE LEI N° 124/91.**

Acrescente-se ao art. 1°:

Parágrafo Único - Nas carteiras de habilitação para dirigir veículos haverá espaço indicativo da condição de doador de órgãos do portador.

Sala das Sessões, em 28.08.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoiamto: Nelson Justus, Rossoni, Mário Bezerra, Emília Belinati e Dalton Machuca.

JUSTIFICATIVA:

Nos países mais avançados, nas carteiras de habilitação para dirigir veículos, constam indicativos que autorizam a doação de órgãos, em caso de morte de seu portador.

Ao requerer a carteira de motorista, o candidato autoriza se assim desejar, que seja afixado à carteira um indicativo em cor forte (vermelho) com a legenda "doador", o que é facilmente perceptível pela autoridade que atender a ocorrência ou pelas pessoas que atendem o motorista em caso de acidente com morte.

Na regulamentação deste dispositivo será obedecida a legislação sobre a matéria.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 02

Acrescente-se ao Projeto de Lei n° 124/91 o seguinte artigo:

"Art. - O Estado do Paraná, através da rede pública de saúde, fornecerá gratuitamente os exames necessários ao cumprimento desta lei, no que tange à Carteira de Identidade, aos interessados que tenham renda familiar inferior ao equivalente a 03 (três) salários-mínimos.

Sala das Sessões, em 28.08.91.

(a) ERNANI PUDELL

(a) DOUTOR ROSINHA

(a) OVIDIO CONSTANTINO

Apoiamto: Rafael Greca de Macedo, Luiz Carlos Alborghetti, Paulo Maia, Mário Bezerra e Arlindo Troian.

JUSTIFICATIVA:

O simples encaminhamento da carteira de identidade, face aos custos que implica, torna-se dificultoso a grande número de cidadãos que dela necessitam para sua vida civil.

Ao acrescentarmos a exigência da inclusão do tipo sanguíneo e do fator RH, a obtenção desse documento estará inviabilizando a população de baixa renda, pois acrescentar-se-á aos custos já existentes outro valor consideravelmente elevado aos parâmetros de renda da grande maioria da população.

Dai nossa proposta, que esperamos ver aprovada pelo Plenário.

Encerrada a discussão. O projeto retorna à Comissão para apreciação das emendas.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 291/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Deputado "FUAD NACLI". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 295/91, de autoria do Deputado DALTON MACHUCA, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imbituva, com sede e foro no Município de Imbituva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 297/91, de autoria do Deputado EDSON SILVA LINO, declara de Utilidade Pública o Lar São Vicente de Paulo, com sede e foro na município de Rosário de Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 161/91, de autoria dos Deputados PLAUTO MIRÓ GUIMARAES e EMÍLIA BELINATI, regulamenta o art. 235 da Constituição do Estado do Paraná, a percepção do benefício do vale-transporte, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 45, de 30.04.91).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 161/91**

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães. o Projeto de Lei n° 161/91, tem como escopo a regulamentação do artigo n° 235, da Constituição do Estado do Paraná, que assegura aos Servidores Públicos do Estado a percepção do VALE-TRANSPORTE.

Verifica-se, quanto ao mérito, que a iniciativa é bastante oportuna, pois torna exequível a percepção pelos servidores públicos de benefício que lhes é assegurado pela Carta Magna Estadual, que exige lei regulamentadora para sua aplicação.

Não há qualquer vício que possa comprometer a juridicidade ou constitucionalidade do projeto, proposto que foi em obediência às normas vigentes.

Nestas condições, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 29.05.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

(a) JOAO IENSEN

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 161/91

PARECER:

Autores: **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**
EMÍLIA BELINATI

Súmula: Regulamenta o art. 235 da Constituição do Estado do Paraná, a percepção do benefício do VALE-TRANSPORTE, conforme específica.

Promunciararam-se FAVORAVELMENTE sobre o plano de Lei, em tela, as comissões de Constituição e Justiça e a de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

DISCIPLINA DA MATÉRIA

Para honra nossa, o vale-transporte é idealização do paranaense Affonso Camargo Neto, tomando a Lei n° 7418/85. Houve alterações posteriores. Limitou os benefícios apenas para os servidores públicos federais e para todos os trabalhadores do país.

A nossa Carta Estadual, entretanto, assegurou aos servidores estaduais, na forma da Lei, a percepção do benefício do vale-transporte (artigo 235).

Impunha-se, pois, a sua regulamentação.

A matéria envolve - não há negar - elevado alcance social e vem ao encontro das elevadas funções desta Casa de Leis.

Ao tempo em que nos congratulamos com os autores do presente projeto de Lei pela feliz iniciativa, louvamos a visão de prospectiva que deve nortear os Legisladores no afã de não obstar a previsão e planejamento governamentais: tanto, posterga, a sua vigência, para primeiro de janeiro de 1992.

Pela apreciação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.91.

(a) **DURVAL AMARAL**

Presidente

(a) **ALCEU SWAROWSKI**

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 161/91

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães, visa assegurar aos Servidores Públicos do Estado do Paraná, a percepção do benefício do Vale-Transporte.

A douta Comissão de Constituição e Justiça em relação ao aspecto legal e constitucional deu parecer favorável.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar sobre o que lhe compete, de conformi-

dade com o artigo 53 do Regimento Interno, conclui igualmente pelo parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.08.91.

(a) **CEZAR SILVESTRI**

Presidente

(a) **TOTI COLAÇO**

Relator

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo n° 235, que estabelece "é assegurado aos servidores públicos na forma da lei a percepção dos benefícios do Vale Transporte".

O projeto de lei complementar autografado pelo nobre Deputado Plauto Miró Guimarães e pela nobre Deputada Emília Belinati, visa justamente estabelecer a regulamentação do artigo 235 da Constituição do Estado do Paraná.

Não teríamos nenhuma objeção a fazer e nenhuma consideração, por conseguinte, ao Projeto de Lei Complementar 161/91, não fosse o Senhor Presidente e Senhores Deputados, a existência da Lei 9490, de 21 de dezembro de 1990, que foi aprovada por esta Assembléia Legislativa, sancionada pelo Governador Álvaro Dias, e que instituiu, naquela ocasião, o vale-Transporte.

Razão pela qual, Senhor Presidente e Senhores Deputados, entendemos não existir nenhuma razão para que neste momento viéssemos a aprovar o Projeto de Lei Complementar 161/91, porque estaríamos aprovando uma lei que trata de um assunto para o qual uma Lei já foi aprovada, nesta Casa, e sancionada e publicada pelo Poder Executivo.

Por esta razão, Senhor Presidente e Senhores Deputados, tendo em vista a existência da Lei 9490, nós estamos recomendando a não aprovação do Projeto de Lei Complementar 161/91, por entender que não existe razão de se votar uma matéria para a qual já existe uma lei específica, tratando do mesmo assunto.

Por esta razão, iremos votar contra o projeto de lei.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO (Pela Ordem)

A Lei 9490, sancionada pelo Governador Álvaro Dias, a qual se refere o nobre Líder do Governo, ela institui o Vale-Transporte no âmbito da administração direta e indireta do Estado. Aliás, institui, mas parece que é uma lei como as vacinas. Não pegou. Porque os funcionários visitaram a Comissão de Constituição e Justiça para contar que estão sem receber o Vale-Transporte. Isto aconteceu recentemente. Eu invoco o testemunho do Deputa-

do Tavares, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

E o que pretendem os Deputados Plauto Miró Guimarães e Emília Belinati é a regulamentação do artigo 235 da Constituição. Na qualidade de paranaense, despidido de qualquer paixão; na qualidade de trabalhista, eu lamento a posição do Governo do Estado no sentido de não querer, ou melhor, de querer obstruir a regulamentação da Constituição.

De mais a mais, não deve ser um "Deus nos acuda" concessão de Vale-Transporte para os funcionários públicos estaduais. Não me parece que possa quebrar os cofres do Paraná uma semelhante providência.

Eu acho, Deputado Pessuti, que a concessão de Vales-Transporte para os funcionários públicos do Estado é uma obrigação que transforma o Governo num empregador, capaz, à altura dos demais empregadores deste País. Capaz, inclusive, de cobrar mais ICMS, de exigir mais deveres dos empresários estabelecidos no Estado.

Mais uma vez, o Governo age com a máxima que fez a decadência do Império Romano. Diziam os romanos decadentes: "Quod licit jovis, non est licit bovis". Quer dizer, aquilo que é permitido aos deuses, é permitido a jovis, não é permitido aos bois.

São tratados como bois os empresários em geral, por que o Governo, porque é Deus não tem que dar o Vale-Transporte e a Constituição porque, sob o império do Governo, não deve ser cumprida.

Eu acho que se dá muito mais autoridade à palavra do Governador Roberto Requião, nas suas tribunas eletrônicas, pelo País afora, a partir do momento em que ele cumpra com todas as suas obrigações constitucionais. E sobremaneira, com as suas obrigações trabalhistas.

Aí, sim, nós adoraremos ver o nosso Governador armado com as armas da luz, fazendo o bom combate.

Por enquanto, ele pode ser bom escudeiro, bom esgrimista, mas vai de farda rota, porque não cumpre, mesmo querendo ser cavaleiro andante, vai rasgado, vai remendado, não cumpre sequer a Constituição do Paraná. E a sua Bancada, neste Plenário, tenta obstruir a regulamentação da Constituição, como em boa hora pretende a Senhora Deputada Emília Belinati e o jovem Deputado Miró Guimarães.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu entendo que a fala do Deputado Rafael Greca de Macedo vem justamente de encontro àquilo que nós anunciamos neste Plenário.

Ele afirma, desde as primeiras palavras pronunciadas, com referência a este assunto, que o objetivo do Projeto de Lei

Complementar 161/91 é o de regulamentar o Vale-Transporte. A Lei 9490 estabelece em seu artigo 7º que a regulamentação será feita por decreto no prazo de sessenta dias. Se a regulamentação não aconteceu, cabe a nós todos gerenciarmos, fornecendo inclusive os subsídios que está constante do projeto meu, para que aconteça a regulamentação. Nós não podemos votar aqui, não poderemos votar aqui Senhor Presidente uma lei para um assunto que já está devidamente contemplado com a lei, nós não podemos criar uma lei querendo tratar de benefícios de uma lei. Ele mesmo, o Deputado Rafael Greca, disse que o objetivo é a regulamentação. Então, vamos trabalhar pela regulamentação da lei que já existe, porque a Constituição é clara, ela assegura na forma da Lei, a lei já existe, falta regulamentação? Vamos trabalhar para que isso aconteça.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Pela Ordem) - Senhor Presidente eu queria que fosse feito a verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A matéria é controversa. Remeto o projeto de lei para a Comissão de Justiça para que a dúvida seja dirimida.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/91, de autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, cria o memorial Marcos Augusto Enrietti, à Rua dos Funcionários - Juvevê, em Curitiba com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 54, de 16.05.91). 16.05.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 187/91

PARECER:

O projeto de lei, ora sendo examinado por esta Comissão, de autoria do nobre Deputado Neivo Beraldin, cria nas dependências do antigo Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (I.B.P.T.), atual TECPAR, um memorial MARCOS AUGUSTO ENRIETTI, compreendendo um Banco de Dados, um Museu de Instrumentos e uma Biblioteca de Biociências.

A matéria não encontra, tanto do ponto de vista Legal, Regimental ou Constitucional, óbice algum que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Por tais fatos, emitimos o nosso parecer FAVORÁVEL, nos permitindo ainda opinar pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29.05.91

(a) Colombino Grassano
Presidente

(a) José Tavares
Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 187/91

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Neivo Beraldim, tem por finalidade criar o "MEMORIAL MARCOS AUGUSTO ENRIETTI", nas dependências do antigo Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, atual TECPAR, compreendendo um Banco de Dados, um Museu de Instrumentos e uma Biblioteca de Biociências.

No que concerne ao mérito a proposição é de absoluta oportunidade e justiça, já que objetiva prestar significativa homenagem à memória do ilustre cientista e professor Marcos Augusto Enrietti, que muito contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa científica.

Em tais circunstâncias, dada a ausência de qualquer impedimento à normal tramitação do projeto de lei em tela, somos da opinião FAVORÁVEL à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91

(a) Cezar Silvestri

Presidente

(a) João Iensen

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 195/91, de autoria do Deputado José Tavares, denomina de Ernesto João Rampazzo, o trecho rodoviário entre Bela Vista do Paraíso e Florestópolis. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e COPTC, por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 58 de 23.05.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER:

Projeto de Lei n° 195/91

Protocolo 4829/91

Autor: Deputado José Tavares

Súmula: Denomina de Ernesto João Rampazzo o trecho rodoviário entre Bela Vista do Paraíso e Florestópolis.

Opinamos favoravelmente a propositura, considerando tratar-se de projeto de lei ricamente justificado e em nada ferindo os dispositivos constitucional e regimental. É o parecer.

Sala das Comissões, em

(a) Colombino Grassano

Presidente

(a) Luiz Carlos Martins

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 195/91

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado José Tavares, tem por finalidade denominar "ERNESTO JOÃO RAMPAZ-

ZO, o trecho rodoviário entre Bela Vista do Paraíso e Florestópolis.

A justificativa demonstra ser o homenagem digno do reconhecimento da comunidade que ele tanto serviu, sendo que, sua obra o faz merecedor da honraria que ora lhe vem prestar o Estado que dele tanto recebeu.

Preenche o projeto os requisitos legais e regimentais, estando dessa forma em condições de prosseguir sua normal tramitação pelos demais órgãos deste Poder.

Em tais condições, somos de opinião favorável à aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91

(a) Cezar Silvestri

Presidente

(a) João Iensen

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 197/91, de autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, regulamenta o artigo 132, da Constituição Estadual e dá outras providências com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.M.A. por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 59, de 27.05.91). 27.05.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 197/91

PARECER:

A proposição que ora analisamos é de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Neivo Beraldin e finaliza regulamentar o artigo 132 da Constituição do Estado do Paraná e dá outras providências.

Ao se proceder a análise legal e regimental do presente plano de lei, cabendo à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, dispor sobre tributos, arrecadação de rendas e respectiva distribuição (art. 53, III da Constituição do Estado), não encontramos qualquer óbice para a normal tramitação do projeto em tela pelos demais órgãos deste Poder.

Face ao exposto esta Comissão dá o seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela apreciação em Plenário da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.06.91

(a) Colombino Grassano

Presidente

(a) Plauto Miró Guimarães

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 197/91

Protocolo n° 4899/91

Autor: Deputado NEIVO BERALDIN

Súmula: "Regulamenta o Artigo 132, da Constituição Estadual e dá outras providências".

PARECER:

Merece aplausos a iniciativa do plano de lei, em apreço.

Nós sempre defendemos um tratamento diferenciado na distribuição de recursos constitucionais aos Municípios, de acordo com sua vocação sócio - econômico - cultural. Por exemplo: municípios turísticos, históricos, dormitórios, agrícolas, industriais, de preservação ecológica, etc...

Assim, somos pela tramitação em Plenário, do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.06.91

(a) Durval Amaral
Presidente

(a) Alceu Swarowski
Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI N° 197/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Neivo Be-
rardin, o projeto de lei em tela "Regula-
menta o artigo 132, da Constituição Esta-
dual e dá outras providências".

Pela justificativa que acompanha a
presente proposta verificamos que se trata
de uma medida merecedora de elogios e tras
consigo, prioridades de conservação am-
biental ou mananciais de abastecimento
público, nos Municípios Ecológicos.

A presente proposta foi pormenorizada-
mente analisada no parecer da Comissão de
Constituição e Justiça que, juntamente com
a Comissão de Finanças, pronunciaram-se
pela APROVAÇÃO do projeto em questão.

Assim sendo, esta douta Comissão de
Ecologia e Meio Ambiente, chamada a opi-
nar, vem seguir o entendimento das Comis-
sões supracitadas, ou seja opinando pela
APROVAÇÃO do relevante Projeto de Lei n°
197/91.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91

(a) Cleiton Kiêlse
Presidente

(a) Heinz Herwig
Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°
262/91, de autoria do Deputado DIRCEU MAN-
FRINATO, declara de Utilidade Pública a
Sociedade Beneficente São Vicente de Paulo
de Cianorte, com sede e foro no município
de Cianorte. Com PARECER FAVORÁVEL da
C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ.
no D.A. n° 76, de 24.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 262/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Dirceu
Manfrinato chega a esta Comissão o projeto
de lei em epígrafe, que objetiva declarar

de Utilidade Pública a Sociedade Benefi-
cente São Vicente de Paula, em Cianorte.

O projeto está elaborado em conformi-
dade com as disposições regimentais deste
Poder Legislativo, estando devidamente
justificado.

Da mesma forma atende as especifica-
ções contidas na Lei n° 6.994 que dispõe
sobre as normas para declaração de Utili-
dade Pública.

Assim, por não apresentar nenhum impe-
dimento de ordem legal e regimental, mari-
festo-me favoravelmente pela tramitação do
presente.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°
304/91, de autoria do Deputado RAFAEL GRE-
CA DE MACEDO, declara de Utilidade Pública
a Associação dos Advogados Trabalhistas do
Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.,
por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A.
n° 89, de 05.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 304/91

PARECER:

Em analisando a proposição supra, de
autoria do nobre Deputado Rafael Greca de
Macedo, que visa declarar de Utilidade
Pública a Associação dos Advogados Traba-
lhistas do Paraná, sob os aspectos legais,
constitucionais e regimentais, bem como
sob a égide da legislação específica Lei
6994/78. Nenhum óbice encontramos, que
possa impedir sua normal tramitação legis-
lativa.

Pelo que nosso parecer é favorável pe-
la apreciação do egrégio Plenário.

Sala das Sessões, em 13.08.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR
Relator

Sobre a mesa, requerimento de n°
2160-A, de autoria dos Senhores Deputados
Dalton Machuca e Colombino Grassano,
constante do expediente.- Aprovado. À Di-
retoria Legislativa.

Requerimento de n° 2155, de autoria do
Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti,
constante do expediente.- Aprovado. À Di-
retoria Legislativa.

Requerimento de n° 2154, de autoria do
Senhor Deputado Albino Corazza, constante
do expediente.- Aprovado. À Diretoria Le-
gislativa.

Requerimentos de n°s 2150, 2151, 2152,
de autoria do Senhor Deputado Nelson Gar-

cia, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2157, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 2156, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente.- Encaminhe-se na forma do requerido.

Requerimento de nº 2140, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2141, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 2142, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Colombino Grassano, inscrito.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Por delegação de Vossa Excelência, Senhor Presidente, e representando naturalmente a Assembleia Legislativa do Paraná, estive no dia de ontem na cidade de Guarapuava para assistir a transmissão de cargo do Prefeito Municipal ao nosso colega Deputado Cesar Silvestre. Senti, naquele município, o que significa a vontade de administrar bem. O que representa o idealismo de dois jovens, o Prefeito Luiz Fernando Ribas de Carli e o nosso caro Deputado Cesar Silvestri. Não fizeram uma grande administração, estão fazendo uma revolução administrativa dentro de Guarapuava. Receberam um município devendo um milhão de dólares, hoje uma administração excepcional. O município tem hoje uma situação financeira invejável, fruto deste trabalho e deste idealismo.

O exemplo de Guarapuava não deve servir só para Guarapuava, porque outros municípios também têm dado exemplo de traba-

lho, de correção, de responsabilidade. O município de Arapongas que represento nesta Assembleia Legislativa, não há necessidade de mais uma vez reafirmar que o dirigir por duas gestões, este município hoje também é exemplo de operosidade e de responsabilidade. Recebemos uma herança maldita através dos cofres públicos esvaziados, das ruas esburacadas, da administração corrompida de uma cidade que se tinha temor porque os dirigentes, longe de administrá-la, administravam o jogo do bicho, administravam as irregularidades, traziam o tremor, traziam a preocupação às famílias da minha cidade.

Hoje o município de Arapongas não preciso defendê-lo, porque o seu Prefeito Municipal tem autoridade para assim fazer. Mas o município de Arapongas, hoje pode se situar entre os municípios que melhor pagam neste Estado. Nenhum funcionário municipal de Arapongas recebe menos que 1.4 de salário. Rigorosamente em dia. Não se usam vales como usavam antigamente na administração municipal.

Vim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para ser Deputado Estadual. Para exercer o mandato de Deputado Estadual. Para legislar sobre as coisas deste Estado, dentro das atribuições que são conferidas à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Não vim transformar o meu mandato de Deputado Estadual em mandato de Vereador, porque as questões municipais devem ser resolvidas nas Câmaras Municipais de Vereadores. Mas se aqueles que vieram para cá e que não têm a grandeza de um Deputado Estadual, e que legislam ainda em termos rasteiros, e que não tem grandeza para um mandato de Deputado Estadual, que preferem a minha ausência para me criticar e criticar o Prefeito Municipal de Arapongas, não adianta ser grande. O Deputado Edson Lino bem definiu, não adianta ser grande, precisa ter grandeza. Grandeza não se mede pelo tamanho e pelo peso. Caráter não se mede por peso e nem por medida. Caráter é respeito, caráter é dignidade, caráter é responsabilidade, caráter é exercer os mandatos conferidos pela população com altivez, não usando de subterfúgios, não usando de meias medidas, não usando de periódicos que saem periodicamente a custas de partidos políticos.

Eu sei o que o povo de Arapongas quer. Eu sei o que precisa a comunidade de Arapongas. Ela precisa não ser discriminada. Ela participa do processo do Paraná das arrecadações estaduais com grande parcela e lhe tem faltado essa devolução.

Eu não preciso que ninguém venha falar em nome do meu município porque eu saberei falar. Que cada Deputado fale sobre a sua região, sobre o seu município! Eu não

ultrapasso as fronteiras do meu direito e não permito que, jamais, alguém venha ferir o meu direito de Deputado Estadual.

Eram as explicações, Senhor Presidente, que eu tinha que dar. Se estou incomodando alguém nesta Casa é porque eu tenho um comportamento retilíneo. Eu procuro ser digno desta Casa e dos Senhores Deputados que a compõem. Eu procuro ser digno de um município que me outorgou quatro mandatos e que sempre correspondi à confiança e à solidariedade que recebi, através destes mandatos. Não vim para a Assembleia Legislativa para passear, não vim para brincar com ninguém; eu vim para ser um Deputado responsável e falar em nome da minha cidade, da cidade que me abrigou, do município que eu recebi sem um metro quadrado de calçamento que não tinha nada em 1955 e que já em 59 eu já conquistava o título de um dos dez municípios de maior progresso do Brasil, sem pagar imprensa, sem pagar rádio, sem contratar empresas especializadas.

Eu surgi, então, deste movimento do norte do Paraná. Eu tenho compromissos com essa terra porque eu fiz uma opção por este Estado, eu já afirmei nesta Casa. Eu tenho mais compromissos com o Paraná do que os que nasceram nesta terra, porque eu fiz uma opção de vida e ela foi o Paraná.

Não admito, Senhor Presidente e Senhores Deputados esse tipo de coisa.

Os mais jovens que estão convivendo comigo e os mais velhos que me conhecem; os mais velhos como o Deputado Aníbal Khury, como o Deputado Erondy Silvério, que aqui não está, mas Basílio Zanusso, cujo pai foi meu companheiro, e muitos Deputados cujos pais foram meus companheiros de Bancada, de Prefeitura Municipal, de associação de municípios deste Estado sabem que eu não vim para brincar. Eu vim trazendo uma mensagem: a mensagem dos que queriam dar a sua contribuição maior para que este Estado progredisse, para que houvesse representatividade do meu município nesta capital de Estado, para que aquele período de discriminação municipal terminasse porque eu não me entregarei, eu irei paulatinamente falar.

Tenho idade suficiente, Senhor Presidente, para saber o que é bom para este Estado e para saber o que é mau para o Paraná. E tenho a experiência que Deus me deu através dos cargos que ocupei, através das empresas que eu mantenho na minha vida particular. Esta experiência faz com que eu possa agir nesta Casa com dignidade. Jamais votarei contra os interesses da comunidade e se algumas vezes sou intransigente é porque os princípios que adotei exigem de mim uma total independência. Não vou alterar o meu comportamento por expressões menos dignas e por oportunidades

que alguns tiveram na minha ausência de se pronunciar.

Eu lamento que o Senhor Líder do Partido que dá sustentação ao Governo, que tem os seus aliados e que, em uma hora em que eu representava a Assembleia na posse de um aliado do Líder do PMDB, ele usasse, na minha ausência, a Tribuna para criticar, usando de um impresso que não tem valor para os que têm dignidade, usando de uma publicação que é dirigida para atingir uma administração que é correta. Não acerto porque quero repetir e reafirmar, Senhor Presidente caráter não tem prego, caráter não tem peso, caráter não se mede.

Caráter é dignidade e isto, Senhor Presidente, se Deus me permitir eu estarei nestes quatro anos deste mandato exercendo-o com dignidade e com amor à minha cidade de Arapongas. Outros que defendam o seu município sem extrapolar as funções para que foram eleitos como Deputado Estadual.

O SR. ORLANDO PESSUTTI (Explicações Pessoais) - O primeiro compromisso que queremos assumir neste Plenário é de doravante nenhuma consideração fazer com referência ao Deputado Colombino Grassano na sua ausência. Nós quando ontem falávamos da tribuna dizíamos que lamentávamos naquele momento a ausência do Deputado e sabíamos que ele estava em Guarapuava, mas afirmávamos que se necessário, na sua presença, nós teceríamos as considerações que tecemos na tarde de ontem. E nós entendemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que em nenhum momento quisemos nos posicionar acerca dos problemas existentes ou não existentes no município de Arapongas, cujo município temos uma admiração muito grande, não só pelo Prefeito, mas por muitas pessoas que lá residem e trabalham. Já tivemos oportunidade de no ano passado quando ainda não nesta Casa representando o município o Deputado Colombino, de atender o Prefeito Antonio Grassano no encaminhamento de propostas que eram do interesse do município de Arapongas e o fizemos sem qualquer constrangimento. Mas não podíamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, permanecer calados, principalmente depois de considerações que foram feitas por outros Parlamentares na Assembleia no dia de ontem acerca de coisas que chegam a nós de uma maneira e que na realidade estão acontecendo de outra forma. Da mesma forma que não pretendo me insurgir nos assuntos de Arapongas, não poderíamos deixar da maneira como foi posta pelo Deputado Colombino no jornal Gazeta do Povo as questões ligadas

ao funcionalismo estadual e não fomos nós que fizemos a comparação; foi o próprio Deputado ao final de sua entrevista que disse lá em Arapongas os funcionários bem pagos se encontravam motivados e não é isto que dizem os jornais da cidade de Arapongas e não é isto que dizem as pessoas que lá vivem e que conosco tem conversado. Nós apenas procuramos demonstrar que a posição colocada pelo Deputado Colombino no jornal Gazeta do Povo com referência a política de pessoal que vem adotando o Governador Roberto Requião não era única porque também lá no município de Arapongas após uma greve que não queremos aqui discutir se era legítima ou se não era legítima, mas que existiu, também lá não se deu o aumento que pretendiam os servidores públicos. Mas o que mais naquela ocasião nos chamou a atenção e que nós repetimos desta tribuna foi o fato de o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça que como disse ontem tem por obrigação e deve zelar pelo cumprimento da Constituição Federal e Estadual, apregoava que o Estado do Paraná estava gastando ao redor de 67% quando poderia gastar mais a exemplo de outros Estados. E nós sabemos, realmente, que a Constituição estabelece um limite de 65% e o que o Governador tem feito é cumprir com a Constituição. Eu, como já disse, doravante, Deputado Colombino, vamos discutir os assuntos que estão afetos a Vossa Excelência, ao trabalho de Vossa Excelência como Parlamentar nesta Casa, na sua presença, para que possamos debater até melhor os assuntos. Em nenhum momento procuramos atingir a dignidade do cidadão Colombino Grassano, pelo qual temos respeito e temos dialogado constantemente nesta Casa acerca dos assuntos do Paraná. Apenas naquele momento tentamos trazer à realidade porque era um assunto que estava sendo discutido na Assembleia, um fato onde muitas vezes se condena o nosso Governador, mas na realidade o mesmo exemplo está sendo dado em algumas cidades do Paraná, e no caso específico era a Cidade de Arapongas.

Muito Obrigado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, eu me pronunciarei na próxima semana a respeito das mentiras do Senhor Deputado Orlando Pessuti, mal informado e, em consequência, são mentirosas essas informações porque nós pagamos salários superiores aos pagos pelo Governo do Estado. Mas na segunda-feira eu estarei...

O SR. ORLANDO PESSUTI - Nós não estamos discutindo o quanto está se pagando: nós estamos discutindo se existe mentira e, se existe, é lá de Arapongas que está vindo.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - São os seus informantes que são mentirosos.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Nós não somos do SNI como foi Vossa Excelência para ter informantes, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Kluhr) - Convido o Deputado José Artur Ritti para receber informações que solicitou junto ao 1º Secretário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 187/91, 195/91, do Projeto de Lei Complementar n° 197/91, e dos Projetos de Lei n°s 262/91 e 304/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 361/91.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS ERNANI PUDELL, DOUTOR ROSINHA E OVIDIO CONSTANTINO, EM SESSÃO DO DIA 29 DE AGOSTO DE 1991.

Nota Oficial do Conselho Federal da OAB

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil após reunião de sua Diretoria juntamente com os ex-Presidentes, especialmente convocada para apreciar o conjunto das propostas de emenda à Constituição formuladas pelo Poder Executivo, tem o dever de fazer esta proclamação aos advogados, aos setores organizados da sociedade civil e aos cidadãos brasileiros.

1. Após longo período de instabilidade política o País se reencontrou com o processo democrático que culminou com a elaboração da Constituição de 1988, ponto de partida para a construção de almejada sociedade que integrasse todos os brasileiros na participação do bem estar social.

2. A Constituição de 1988 foi o resultado de um grande esforço nacional, à somatória dos interesses conflitantes presentes na sociedade brasileira, resultado que foi da contribuição de todos os segmentos representativos da Nação. Nela não há radicalismos nem hegemonia. Consagrou-se em seu texto um Estado Social moderno, marcado pela preservação de nossos valores históricos-culturais e comprometido com a realidade sócio-econômica brasileira. Tem

harmonia e equilíbrio. Respeita a pessoa humana e seus valores, garante a propriedade e a empresa. Encerra, como toda obra humana, defeitos e qualidades que funcionam como um mecanismo de pesos e contrapesos.

3. Por entender que uma Constituição não vale se não tiver um mínimo de estabilidade, é que a Ordem dos Advogados, insistentemente, vem pregando a preservação de seus dispositivos diante das tentativas açadas que cedo se organizaram contra ela, infelizmente tais maquinações vêm crescendo da insinuação velada para a ameaça concreta e desta para a efetivação da agressão. Tem-se a clara impressão de que a Constituição brasileira, ao invés de documento a ser obedecido, é, para alguns, obstáculo a ser removido e posto de lado.

4. Este receio se transformou em realidade com o conteúdo do "Emendão" proposto pelo Governo Federal. O conjunto de alterações constitucionais nele contido constitui um atentado ao povo brasileiro, à democracia, à ordem jurídica. O "emendão" dilacera a Constituição, transforma-a em instrumento consagrador do arbítrio, do autoritarismo, do descomprometimento do País com seus deveres; elimina o equilíbrio e a interdependência dos poderes, submetendo o Legislativo e o Judiciário a um Executivo onipotente, dotado de prerrogativas imperiais absolutas. O "emendão" não altera a Constituição: fere-a de morte, subtraindo-lhe importantes conquistas do povo brasileiro. Não se tem notícia, na história das democracias, de instrumento mais ditatorial e despótico, mais anti-democrático e retrógrado. Ele atinge mortalmente o direito adquirido e a harmonia entre os poderes; suprime o princípio da irredutibilidade dos vencimentos dos magistrados e emascula o Legislativo; cassa o dissídio coletivo, avilta o servidor público, condena os aposentados à indigência; aniquila o sigilo bancário, mutila o Ministério Público, devora o seguro-desemprego, fecha as universidades, abandona a educação, sepulta o princípio da anterioridade tributária, instaura a desigualdade pelo fim da isonomia, fortalece a exploração do capital financeiro, afronta decisão recente do Supremo Tribunal Federal na garantia dos direitos das pessoas colocadas em disponibilidade, suspende direitos adquiridos, desorganiza e enfraquece a federação, cerceia as liberdades democráticas no seu todo e, no que lhe é mais caro, exclui a apreciação do Judiciário os danos aos direitos individuais, poder existente, dotado de hegemonia, tutelando o Legislativo e o Judiciário, sobre os quais faz pairar a pecha da incompetência e desídia. O Executivo fica pois colocado acima do

bem e do mal, se subrogando ao Estado e à sociedade. A ele, sem controle de ninguém cabe demitir, reduzir vencimentos, cortar verbas, impor tributos, livre de qualquer controle social. O empresário, o trabalhador, o servidor público, o contribuinte, alienam suas vidas nas mãos de um poder que assim se torna absoluto e incontrolado.

5. Após confiscar a poupança, provocar o desemprego, a recessão, o achatamento salarial, a insegurança no meio empresarial, e não obstante falhando no combate à inflação, o Governo, simulando resolver o impasse por ele próprio gerado, para quê quer todos estes poderes? Para extinguir o monopólio estatal das telecomunicações, para liberar as taxas de juros, para desnacionalizar o patrimônio público, para se tornar dotado de uma autoridade absoluta, imperial. O modelo que o Governo Federal vem tentando impor mais consulta aos interesses dos credores externos e do Fundo Monetário Internacional do que aos interesses do povo brasileiro. Para viabilizar tal ordem econômica o Governo Federal precisa adaptar a ordem jurídico-constitucional a estes desígnios. É isto que foi dito pelo loquaz agente do Fundo Monetário Internacional. É isto o que se está propondo.

6. Como se pode pois concluir não é só o conjunto dos direitos fundamentais do cidadão que está ameaçado, nem só a Constituição da República, nem muito menos a ordem jurídica ou só o regime democrático; é mais, é a própria soberania nacional que está em jogo, postergados nossos valores mais arraigados à cobiça dos interesses internacionais.

Por outro lado, a forma como se está apresentando o "emendão", que deve ser rejeitado pelo Congresso Nacional, indica a montagem de um quadro que tenta aliciar os Governadores de Estados, expondo as instituições nacionais ao descrédito, e fazendo surgir o Poder Executivo como o único órgão empenhado no progresso da Pátria. Tal montagem não ajuda à construção da democracia, constituindo uma aventura de consequências imprevisíveis.

A Ordem dos Advogados do Brasil, com este manifesto, exercita o seu dever de lutar pelo aprimoramento das instituições democráticas, especialmente nesta hora crucial em que sobre sua preservação paira grave ameaça.

Urge que o Congresso Nacional, que os Governadores, que os segmentos organizados da sociedade civil, que os advogados, que o povo, digam um não, firme e convinto, a esta impatriótica e despropositada tentativa de degradação da ordem jurídica.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
ATA DA 8.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de abril de um mil, novecentos e noventa e um, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte sob a presidência do Senhor Deputado Alceu Swarowski. Compareceram à reunião os seguintes Deputados: Albino Corazza, Renato Adur e Heinz Georg Herwig. Havendo número legal o Presidente declarou abertos os trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei n° 141/91 de autoria do Deputado João Jensen. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL ao Projeto, rejeitada a emenda proposta ao mesmo. APROVADO; Projeto de Lei n. 173/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL, APROVADO; Projeto de Lei n° 181/91, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier e outros, que fixa normas para criação de Conselhos Escolares nos termos do Art. 178, inciso VII da Constituição Estadual. Parecer no sentido de transformar o presente Projeto em Diligência junto à Secretaria de Estado da Educação para opinar. APROVADO; Projeto de Lei n° 206/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Albino Corazza. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. O Presidente solicitou que se registrasse a presença dos acadêmicos de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e a satisfação de ter sido esta reunião, parte integrante do aprendizado no Programa "Legislativo Simulado" promovido e elaborado por este Poder. Nada mais havendo a tratar declarou-se encerrados os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, laurei a presente ata que após aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos demais Deputados presentes à reunião e por mim Alan Marcos Andrade, Secretário da Comissão.

(aa) ALCEU SWAROWSKI - Presidente;
Alan Marcos Andrade - Secretário.

COMISSÃO DE FINANÇAS
12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 11.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes senhores Deputados: Alceu Swarowski, Cleiton Kielse, Nelson Justus e Nelson Garcia. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de

Lei n° 041/91, de autoria do Deputado João Arruda. Relator Deputado Cleiton Kielse. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 043/91, de autoria do Deputado João Arruda. Relator Deputado Nelson Justus. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 091/91, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator Deputado Cleiton Kielse. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 051/91, de autoria do Deputado Renato Adur. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL. O Senhor Deputado Nelson Justus solicita vistas. O Senhor Presidente indefere, pois o Projeto encontra-se em Regime de Urgência. Portanto o Parecer FAVORÁVEL foi APROVADO, registrando-se VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO NELSON JUSTUS. 05) Projeto de Lei n° 130/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 06) Projeto de Lei Complementar n° 161/91, de autoria dos Deputados Plauto Miró Guimarães e Emília Belinati. Relator Deputado Alceu Swarowski. Parecer PELA APRECIÇÃO EM PLENÁRIO - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, laurei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente;
Wilson Penka - Secretário.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de um mil novecentos e noventa e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Senhor Deputado Cezar Silvestri. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 311/91 de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, Relator Deputado Élio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 330/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 58/91. Relator Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais laurei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Sandro Alberto Figueiredo, Secretário da Comissão.

(aa) CEZAR SILVESTRI
Presidente

Sandro Alberto Figueiredo
Secretário.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
12.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 5.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de hum mil novecentos e noventa e hum, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Senhor Deputado Toti Colaço. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n. 303/91, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin. Relator Deputado José Alves. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n. 328/91, de

autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 56/91. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n. 329/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 057/91. Relator Élio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n. 334/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 062/91. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, laurei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Sandro Alberto Figueiredo, Secretário da Comissão.

(aa) TOTI COLAÇO
Presidente
SANDRO ALBERTO FIGUEIREDO
Secretário